



Anais da Assembléia

N.º 45

CURITIBA, QUINTA-FEIRA EM 23 DE MAIO DE 1985.

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 39.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1985

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antonio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadry, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tugúio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Artagão Mattos Leão, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, José Antonio Fonseca, Orlando Pessuti (05). Em licença, o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 79/85, que altera dispositivos da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 32/85.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 72/85, que mantém inalteradas as taxas do Departamento de Trânsito — DETRAN, por um período de 60 dias, na forma especificada.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. JOÃO TAQUES MARTINS, ex-Vereador, ex-Presidente da Câmara Municipal de Tibagi, ocorrido em 21 de maio de 1985.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, aos cuidados da Câmara Municipal de Tibagi.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. LIANE MARTA COSTA, ocorrido na cidade de Guarapuava, no dia 21 do corrente mês.

A extinta era pessoa largamente conhecida na comunidade guarapuavana, e com o seu passamento, consternou aqueles que a conheciam.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seu esposo, Sr. Aroldo Costa, na cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1985.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a designação dos Srs. Deputados Basílio Zanusso, Paulo Furiatti e Orlando Pessuti, membros da Comissão Especial do Cancro Cítrico, para representar esta Assembléia Legislativa, no encontro com o Sr. Ministro da Agricultura, dia 28 próximo vindouro, com a participação de agricultores e lideranças regionais a fim de tratar da política agrícola, mais especificamente a crise resultante da frustração da safra 84/85, bem como a situação da citricultura paranaense.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente da Comissão Especial
do Cancro Cítrico

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a designação do Deputado Sabino Campos, membro da Comissão de Agricultura, para representar esta Assembléia Legislativa no encontro com o Sr. Ministro da Agricultura, dia 28 próximo vindouro, com a participação de agricultores e lideranças re-

gionais, a fim de tratar da política agrícola, mais especificamente a crise resultante da frustração da safra 84/85 de algodão, bem como a situação da citricultura paranaense.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

Presidente da Comissão de Agricultura

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votação Nominal para o requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, que solicita apoio para o envio de mensagem de solidariedade ao Teólogo Leonardo Boff.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e de acordo com o parágrafo primeiro do Artigo 14 do Regimento Interno, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 12/85, expedido pelo Serviço de Inspeção de Saúde deste Poder Legislativo, a partir do dia 20 do corrente mês, até o dia 18 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE LAUDO MÉDICO N.º 12/85

Aos vinte e dois dias do mês de maio de 1985, a Junta Médica infra assinada, tendo procedido a inspeção de saúde em Artagão de Mattos Leão (Deputado), concluiu achar-se o mesmo com 410.9—420.0 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de 30 (trinta) dias de licença, para tratamento, a partir de 20.05.85.

(aa) MÉDICO CHEFE DA JUNTA

MEMBRO

MEMBRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações dirigidos ao Ilustríssimo Sr. Amilton Teixeira Martins, por ter sido reeleito membro do Conselho Fiscal da COPEL.

Desde quando foi eleito pela primeira vez, membro do Conselho da COPEL — Companhia Paranaense de Energia, o Ilustríssimo Sr. Amilton Teixeira Martins recebia como missão principal a necessidade de dar àquela Companhia, características que fossem verdadeiramente voltadas para as questões sociais, programa básico do Governo do Estado.

Ao ser reeleito, tal confiança se verifica mais uma vez. Primeiramente, pelo fato de que o Sr. Amilton Teixeira Martins cumpriu seu papel como membro daquela Companhia. Seu desempenho, no entanto, foi possível graças à sua dedicação e competência.

Não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de requerer o registro nos Anais deste Poder Legislativo, da importância para o Estado do Paraná, e em especial para a região de Sertãozinho, da reeleição do Sr. Amilton Teixeira Martins, cuja visão como homem público (já foi Prefeito de Sertãozinho), é rica em exemplos.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações, com inserção na ata dos trabalhos da presente sessão, para a nova Diretoria do Lions Club de Ivaiporã.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Sr. Claudino Sitta — Mui Digno Presidente do Lions Club de Ivaiporã — Av. Brasil, 120 - 86.870 — Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Lions Club, entidade de origem internacional, congrega homens e mulheres, em todos os pontos do Globo, e cujos ideais se irradiam num esforço conjunto e se manifesta em benefícios em prol da comunidade.

É pois, com justa razão que dirigimos esta homenagem à Diretoria do Lions Club de Ivaiporã, homenagem esta que fazemos extensivas a todos os Leões e Domadoras que integram aquele núcleo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria da Associação Profissional dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas de Curitiba, e voto de confiança na sua gestão.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

É sempre gratificante, para quem luta ao lado das causas populares, tomar conhecimento de que mais um grupo social se organiza em torno da defesa de seus interesses e direitos.

A situação econômica do Brasil, nos últimos anos, já é exaustivo repetir, privilegiando acintosamente os grandes grupos econômicos transnacionais e seus aliados internos em detrimento dos trabalhadores e das camadas médias da população.

Nestas, e em seus níveis mais desfavorecidos, sempre estiveram os microempresários, artesãos de uma economia quase marginal, mas absolutamente necessária à sobrevivência da sociedade.

Os donos das populares “bancas” de jornais e revistas são parte integrante deste segmento. Como tantos outros, suas condições de vida e de negócio, foram violentamente deteriorados nos últimos anos.

Por isso, e porque sabemos, da prática, que a união, a organização e a mobilização da comunidade pode reverter situações as mais adversas possíveis, é de saudarmos a eleição da nova diretoria da Associação Profissional dos Distribuidores de Jornais e Revistas de Curitiba que, empossada há menos de um mês, já demonstra cabalmente sua capacidade, obtendo espaço e credibilidade junto a seus representados e à comunidade em geral.

Seu novo presidente, Gregório de Bem, é homem de reconhecida integridade moral, capacidade e dedicação à causa da Associação e, principalmente, consciência política séria. Sob sua liderança, temos certeza, a categoria que representa poderá atingir novos patamares, qualitativos e quantitativos, na luta em defesa da restauração de suas condições de vida e trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração em ata da presente sessão, de "voto de regozijo" e cumprimentos, manifestados à Direção da RADIO IPIRANGA, de Palmeira, nas pessoas do Sr. Pde. Pedro Carlesso, Diretor Presidente, Sr. Euclides Alves de Paula Filho, Diretor Gerente e ao Sr. Mário S. Ribeiro, Chefe da Equipe Noticiária, extensivo aos demais membros, pela data comemorativa aos 37 anos de fundação daquela Emissora mantida pela Fundação Nossa Senhora Imaculada Conceição, data esta de 21 de maio, p. passado.

Desta decisão, requer, seja dado ciência à Diretoria mencionada, no seguinte endereço: Rua Conceição, n.º 42 — Palmeira — PR.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, na qualidade de representante eleito pela comunidade de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Affonso Alves de Camargo Netto e ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A., Dr. Osiris Stenghel Guimarães, solicitando providências, a fim de que se viabilize, através da provisão e programação de recursos, a execução da construção do Trecho TIBAGI - DESVIO RIBAS, projeto este, levado a exposição pelo Conselho Especial de Usuários, órgão instituído pelo Ministério dos Transportes, para o setor de Consultas e Assessoramento da RFFSA, Superintendência Regional - Curitiba, em reunião realizada a 21 do mês em curso, em Ponta Grossa, e na qual estiveram presentes lideranças políticas, empresariais e representantes de classe.

O projeto em questão, de alta importância operacional para a RFFSA, e que visa a execução do TRECHO - TIBAGI - DESVIO RIBAS, numa extensão de 17 Km e com uma estimativa de custo em 6 milhões de dólares, ou seja, o equivalente ao custo de 3 locomotivas diesel, tem suas diretrizes pautadas em medidas de segurança e de investimento econômico, prioritário ao desenvolvimento da região, a saber:

1. Eliminação da travessia do trem pelo trecho TIBAGI - UVARANAS, já obsoleto, cujas condições técnicas, comprometem o tráfego, com a possibilidade de arrecadação desse segmento de linha;
2. Retirada do tráfego de trens, com destaque para os de combustível, da zona central de Ponta Grossa, com possibilidade de erradicação da linha no centro da cidade, atendendo aspectos de segurança;
3. Redução do movimento de trens no pátio de Uvaranas, muitas vezes congestionando durante os picos de safras, possibilitando o aumento da tonelagem de transportes de grãos, e, conseqüentemente, da melhoria do desempenho operacional do sistema ferroviário.

Em se tratando de Estado essencialmente agrícola, e, portanto, gerador de riquezas ao País, especificamente ao setor primário, nada mais justo que venha a ser o Paraná, agora, contemplado com uma posição expressiva de apoio e de atenções das autoridades competentes, especialmente no que se refere ao empreendimento ora enfocado.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação visando a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de uma residência junto à Inspetoria Estadual de Ensino, localizada na Municipalidade de Boa Esperança.

Tal solicitação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Adolfo Edevaldo Valeze. Segundo o citado Vereador, a construção de uma residência junto à Inspetoria é de fundamental importância, pois permitirá que a Inspetoria que estiver no exercício de suas atividades não terá este tipo de gasto com moradia.

Entretanto, para que esta reivindicação se concretize, é indispensável a participação dessa Secretaria de Estado da Educação, assegurando o envio de recursos para aquela finalidade.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao presidente da ELETROBRÁS, Mário Pena Bering, ao Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e ao Ministro dos Transportes, Affonso Alves de Camargo Netto, solicitando que seja realizado todos os esforços para a conclusão da Ponte Interestadual sobre o Rio Paraná, ligando Guaíra ao Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A ponte interestadual que liga Guaíra ao Mato Grosso do Sul é de fundamental importância para a economia paranaense e nacional, pois propiciará a integração socio-econômica de vasta região, compreendendo Mato Grosso do Sul, o Oeste Paranaense e o Paraguai, facilitando inclusive o escoamento da produção agrícola destas regiões, principalmente o soja destinado a exportação pelo Porto de Paranaguá.

Além disso, seria um verdadeiro absurdo desativar a construção daquela obra que teve início há 5 anos, sendo que hoje já se encontra na fase de execução dos pilares, com previsão de término desta fase no final deste ano. Estão trabalhando no local 1.200 funcionários, da ELETROSUL e das empresas contratadas, e já foram construídas 700 residências para os trabalhadores da obra.

Portanto, é um absurdo que se levante a hipótese, como ocorre atualmente, da transferência da futura ponte para outra localidade, porque a obra já se encontra em fase adiantada de construção e porque representa um instrumento tão importante para a economia regional e nacional.

Se outros municípios reivindicam a construção de pontes ligando as suas regiões ao Mato Grosso do Sul, cabe aos órgãos competentes do Governo Estadual e Federal analisarem estas reivindicações, decidindo se constroem outra ou outras pontes. O que não se pode é cancelar as obras da ponte de Guaíra, que já está em andamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Procurador da Justiça do Estado do Paraná no sentido de averiguar a real situação existente hoje na Fundação Médica e Assistencial aos Trabalhadores Rurais de Tamarana.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA: A documentação está apensa ao requerimento original.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, Senador AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO para a realização de obras de dragagem do Canal de Antonina, ratificando pedido já enviado àquele Ministério pelo Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de Antonina.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA: em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. João Elísio Ferraz de Campos, Secretário de Finanças do Estado do Paraná, reiterando nossa solicitação no sentido da implantação de agências ou postos de atendimento do BANESTADO no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Em 16 de junho de 1983, enviamos requerimento ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a implantação de agência ou posto de atendimento no Município de Londrina.

A implantação de uma terceira agência ou posto de atendimento do BANESTADO a ser localizado em algumas regiões periféricas densamente povoadas, como os Cinco Conjuntos, Vila Nova, Vila Casoni, Jardim Bandeirantes, Leonor, Parque Ouro Branco etc.

A iminente conclusão de uma nova agência do BANESTADO no Município de Londrina, não conseguirá comportar por muito tempo o grande movimento do BANESTADO naquela cidade.

Ocorre que a população londrinense tem confiado e prestigiado o BANESTADO, até como gesto de confiança ao Governo José Richa, possibilitando a superação das metas prefixadas para o ano em curso.

Entendemos, portanto, que o atendimento à solicitação em tela seria uma retribuição à confiança do povo de Londrina e, também um investimento no crescimento do próprio banco, até porque a cidade não poderá suportar indefinidamente, o desconforto e a falta de pessoal que atualmente se verificam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador José Richa solicitando que o escritório central da Usina de Salto Segredo seja instalado em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O pleito levantado pelo Município de Guarapuava, sem dúvida alguma, trata-se de uma justa e legítima aspiração,

defendida pelas lideranças políticas, empresariais, industriais, enfim, pelo povo seu povo, que soube resistir historicamente na trincheira da oposição, portanto, sem receber inclusive o que lhe era de direito.

Com o atendimento a esta solicitação, o Governo estaria resgatando seu compromisso, pois inequívocas as suas vantagens, quer por empregos diretos e indiretos gerados, quer por benefícios ao comércio e à indústria. Por outro lado, possui hoje Guarapuava uma infra-estrutura capaz e eficiente, sem contar a sua posição geográfica estratégica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social objetivando a doação de uma ambulância, devidamente equipada, para a Municipalidade de Terra Boa.

A Administração Municipal de Terra Boa, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Elso Garcia Segura, não medido esforços no sentido de dotar aquela cidade de toda uma infra-estrutura necessária e capaz de atender todo o setor de saúde.

Muitas são as ações concretas. Entretanto, face a ausência de maior dotação orçamentária proveniente da arrecadação de impostos, a Prefeitura local, por muitas vezes, não consegue por em prática medidas imprescindíveis no sentido de dar atendimento à população, notadamente aos mais carentes.

Neste sentido, a dificuldade encontrada tem sido o que diz respeito ao transporte de enfermos da cidade para centros maiores a fim de se tratarem, já que o Poder Público não tem um veículo para esta finalidade.

Diante da exposição de motivos e tendo em vista a reconhecida importância de tal solicitação, aguarda-se um pronunciamento favorável dessa Pasta, destinando uma ambulância devidamente equipada para Terra Boa.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Doutor Fernando Chignone, Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, denunciando o custo exorbitante das taxas cobradas pela Fundação Teatro Guaíra, para solenidades de formaturas e outras atividades correlatas.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Devolver teatro ao povo, vez que nos governos anteriores, o Guaíra havia se caracterizado como bem de elite, foi uma proposta que contribuiu decisivamente para despertar o interesse da classe artística e das camadas que não tinham acesso àquela casa de arte.

Atualmente, no entanto, a Fundação Teatro Guaíra vem estipulando taxas elevadíssimas para as comissões de formatura, quando da cessão de suas dependências para a realização de solenidades de colação de grau. Não bastasse o sacrifício dispendido pelos pais para custearem os estudos de seus filhos em nossas escolas superiores, ao final de seus cursos defrontam com o custeamento incompreensivelmente oneroso das festas tão sonhadas de doutoramento.

É inconcebível, ainda, a taxação baseada em ORTNs.

Apelamos, então, ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, no sentido de que o mesmo receba esta nossa reclamação e, de imediato, adote medidas que, positivamente, encontrarão apoio e simpatia junto às classes menos favorecidas, notadamente às oriundas do interior que, às vezes, chegam à Capital pela primeira vez, para abraçar os filhos formandos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor da PARANATUR, solicitando a instalação de um Posto de Informações Turísticas na cidade de Barracão.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Barracão ocupa área geográfica bastante estratégica, fincada na rota entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, sendo por isso considerada como portal de entrada do percurso Brasil/Argentina e Chile.

Barracão é ainda o eixo de três fronteiras, pois, sendo um município paranaense, limita-se com a cidade de Dionizio Cerqueira, de Santa Catarina e com Bernardo Irigoyen, da Argentina.

Atualmente, a maior reivindicação barraconense é o asfaltamento dos 78 quilômetros que ligam aquele município ao de Marmeleiro, obra já denominada Rota Econômica pois encurtará sensivelmente diversos percursos internacionais, como os de São Paulo/Buenos Aires; São Paulo/Córdoba e São Paulo/Salta.

Por se tratar de localidade-eixo de várias interligações viárias, propomos, mediante este documento, que a PARANATUR lá se faça presente, através da instalação de um de seus postos de informações turísticas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da República e os Ministros da Fazenda e da Agricultura, contendo um veemente apelo para que sejam atendidas com urgência as reivindicações dos agricultores do Sudoeste do Estado, especialmente quanto à prorrogação do prazo para saldo dos financiamentos agrícolas, reajuste permanente de preços mínimos e garantia de aquisição da produção pelo Governo Federal, entre outras explicitadas na justificação inclusa a este e que cópias do teor deste requerimento sejam encaminhadas aos Prefeitos, aos Presidentes das Câmaras Municipais, aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos Rurais da Região Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

O Congresso acaba de aprovar a estatização do Grupo Sulbrasileiro que vai representar aplicação ao redor de um trilhão de cruzeiros somente numa primeira etapa, podendo chegar a três trilhões o montante para que possam ser mantidos os 17 mil funcionários do Grupo.

A região Sudoeste do Paraná, com seus 800 mil habitantes, vive em função da agricultura, especialmente da soja e da suinocultura, e quando essas atividades enfrentam dificuldades não são só os diretamente envolvidos a sofrer as

consequências, mas a vida de quase toda a população é afetada.

Prioridade do governo não é estatizar banco. Prioridade do Governo é atender as situações efetivamente mais urgentes e mais relevantes do ponto de vista econômico e social, e uma das suas prioridades, a curtíssimo prazo é com a agricultura, que efetivamente pode dar respostas mais rápidas aos estímulos a ela oferecidos, resposta em termos de produção de alimentos para um povo em grande parte faminto, resposta em termos de dinamizar a indústria e resposta em termos de geração de divisas essenciais para o processo de desenvolvimento do País e de melhoria de vida do povo.

A prorrogação do prazo para o saldo dos financiamentos agrícolas a custo zero até a próxima safra; reajuste permanente dos preços mínimos, garantida a aquisição da produção pelo Governo Federal e possibilidade de participação efetiva e atuante dos agricultores na elaboração da política agrícola do País: são essas as reivindicações básicas dos sindicatos rurais e das cooperativas do Sudoeste onde existem mais de seis mil produtores de soja, 80 por cento dos quais com prioridades inferiores a 50 hectares e cuja maioria está se desfazendo de parte ou da totalidade de suas terras para saldar os compromissos assumidos para a produção.

A situação é grave, exigindo o imediato atendimento dessas legítimas reivindicações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, objetivando a agilização do programa "Clic Rural" na Municipalidade de Juranda.

No setor de eletrificação, o Governo do Estado pôs em prática um verdadeiro programa no sentido de reverter os números estatísticos que apontam o Paraná como um das unidades da Federação que detém os menores índices de propriedade dotadas de eletrificação, especialmente no que diz respeito ao meio rural.

O Paraná até então, nunca havia desenvolvido qualquer plano neste sentido. Essa companhia ao patrocinar, por mais otimistas que fossem as previsões para o "Clic Rural", não imaginava a tamanha receptividade encontrada pelos proprietários rurais em relação a esta benfeitoria.

No Município de Juranda tais aspectos também se verificam. Grande tem sido a disposição dos agricultores e pecuaristas que estão a desejar a instalação de energia em suas áreas. Prova disto é o número de pedidos que foram feitos junto aos funcionários responsáveis dessa companhia naquela cidade.

No entanto, já decorre muito tempo que diversos proprietários se inscreveram para o citado programa, mas que, por sua vez, poucas são as notícias que se tem em relação à época que o mesmo será, efetivamente posto em prática. Já que são conhecidos os motivos: A COPEL não esperava um grande número de pessoas interessadas.

Mesmo assim, espera-se dessa COPEL a agilização do "Clic Rural" em Juranda, pois este é, sem dúvida, o desejo dos agricultores e pecuaristas.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial

dirigida a. Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da construção de uma cozinha em alvenaria na Escola Estadual Manoel Ribas - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Mariluz.

Atualmente existe uma cozinha naquele conceituado estabelecimento de ensino. Entretanto, seu estado é de absoluta precariedade, já que suas instalações são de madeira, construídas há muitos anos pela Prefeitura local.

A Escola Manoel Ribas tem, aproximadamente, 400 alunos, na maioria provenientes de famílias de poucos recursos. Neste sentido, uma nova cozinha se destinaria especialmente para a confecção de merenda escolar.

Face à exposição de motivos, é de se esperar que essa FUNDEPAR, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, determine o envio de recursos financeiros necessários à edificação da referida cozinha; atendendo, deste modo, iniciativa do Excelentíssimo Senhor Joaquim Lopes Gutierrez, Prefeito Municipal de Mariluz.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Saúde e Bem-Estar Social no sentido da liberação de materiais, abaixo relacionados, para o necessário funcionamento do laboratório de análise do centro de saúde, localizado na Municipalidade de Mamborê.

Os materiais relacionados em anexo à presente solicitação, foram encaminhados pela Administração Municipal de Mamborê, através do seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta. Este afirma ser de fundamental importância a liberação de tais materiais, pois, sem os mesmos, o centro de saúde fica inviabilizado de atender os trabalhos pertinentes às suas funções.

Ademais, a listagem de materiais é fruto do levantamento realizado por profissionais do setor, pertencentes ao 11.º Distrito Sanitário sediado em Campo Mourão, que constata a urgência de se suprimir as deficiências verificadas.

Tendo em vista a importância de dotar o centro de saúde de toda uma infra-estrutura capaz de atender o conjunto da população, aguarda-se, dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, o envio, o mais breve possível, dos materiais.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira a ser aplicado na construção de um posto de saúde no Distrito Administrativo de Geremia Lunardelli, pertencente à Municipalidade de Nova Cantu.

Torna-se perfeitamente dispensável tecer maiores comentários a respeito da importância que representa na economia do Município de Nova Cantu, o Distrito Administrativo de Geremia Lunardelli, cujo trabalho de sua gente tem permitido o engrandecimento sócio-econômico daquela região.

No entanto, há a real necessidade de dotar Geremia Lunardelli de condições capazes de garantir o bem-estar de seus moradores. Isto não vem sendo possível no que se refere ao setor de saúde. Aquela localidade não dispõe de qualquer serviço de atendimento.

Neste sentido, o Excelentíssimo Senhor Vereador Rui Pereira, diante da situação relatada acima, quer que essa Pasta libere recurso para a construção de um posto de saúde, pondo fim aos problemas existentes.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, visando a realização de reformas gerais na quadra de esportes existente na Escola Estadual 14 de Dezembro, localizada na Municipalidade de Peabiru.

Desde quando foi construída, a quadra existente naquela importante e tradicional educandário, a mesma não sofreu qualquer tipo de trabalho visando a sua conservação. Hoje seu estado é péssimo. Não há, inclusive, a menor condição de se desenvolver a prática de educação física.

Tal situação está a exigir a adoção de medidas, o mais urgente possível. Pois, assim, e que tem se manifestado a classe educacional daquele município, conforme o ofício encaminhado a este Deputado, assinado pelo Ilustríssimo Senhor José Bardini Netto, Inspetor Estadual de Educação.

Face ao exposto, somente as reformas da mencionada quadra serão possíveis se essa Secretaria de Estado da Administração, através da EMOPAR, executarem tais serviços.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da recuperação das diversas estradas existentes nas localidades de Mato Rico e Barra Bonita (ambas pertencentes à Municipalidade de Pitanga) na divisa com a Municipalidade de Roncador.

O Ilustríssimo Senhor Carlos Michels, agricultor como muitos outros daquela região, é que tem manifestado sua preocupação quanto ao estado das estradas lá existentes. Segundo ele, muitos são os trechos que, inclusive, não apresentam a menor condição de tráfego.

Ademais, tal realidade tem se agravado muito, especialmente pelo fato de que as chuvas são uma constante, cujas densidades pluviométricas ocasionam verdadeiros transtornos no leito natural.

Não pode uma região produtora que só tem contribuído com o desenvolvimento regional tanto de Roncador como de Pitanga, ficar desprovida de canais que permitam o escoamento seguro e rápido do que do solo é extraído.

Neste sentido, pela incontestável importância que representam as localidades de Mato Rico e Barra Bonita, espera-se dessa Secretaria de Estado dos Transportes, o mais breve possível, a recuperação das referidas estradas, pondo fim aos vários problemas existentes, e, conseqüentemente, devolvendo a tranquilidade entre as populações envolvidas.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação no sentido de que se realize estudos devidos visando a estadualização da Escola Municipal Antônio Lacerda Braga, localizada na Municipalidade de Ubitatã.

Em sessão levada a efeito recentemente, a Câmara Municipal de Vereadores de Ubitatã, através de seus integrantes, aprovou, dentre tantas outras proposições, a que se refere a questão educacional. A iniciativa foi do Excelentíssimo Senhor Egon Fischer e trata da estadualização da Escola Municipal Antônio Lacerda Braga. Segundo o nobre Edil, aquele estabelecimento de ensino vem enfrentando diversas dificuldades para manter o bom nível de ensino, já que falta-lhe melhores condições materiais, principalmente.

Tal situação, é sem dúvida, das mais importantes. Prova disto é que a Câmara a aprovou por unanimidade, reconhecendo as dificuldades vivenciadas pelos estudantes e professores, face à ausência de uma melhor estrutura de ensino. Mais do que isto, os mesmos Vereadores entenderam que o problema só será solucionado se houver a participação do Estado, através dessa Pasta, determinando a sua estadualização.

Eis, pois, a exposição de motivos que são absolutamente suficientes para justificar a Estadualização da Escola Antônio Lacerda Braga.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação encarecendo a construção, em alvenaria, de novas instalações da Escola João Pessoa, localizada na Municipalidade de Araruna.

A Escola João Pessoa, pertencente à rede estadual de ensino está localizada no Bairro São Geraldo. Suas instalações, construídas há muitos anos, são de madeira, não apresentando, atualmente, condições mínimas de segurança.

Neste sentido, reconhecendo tal problemática, a Administração Municipal, através do Prefeito, Senhor Osvaldo Valarini, diante da ausência de recursos financeiros, está a reivindicar apoio dessa Secretaria de Estado que deverá garantir a construção de novas instalações.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER sejam prestadas pelo Senhor Governador do Estado as seguintes informações:

1) - Quais as liberações de recursos financeiros já feitas pelo Programa de Ação Municipal no corrente ano? Em que data?

2) - Quais as condições do contrato feito com o Banco Mundial para o PRAM? Enviar cópia do contrato.

3) - Em que condições esses recursos financeiros estão sendo repassados às Prefeituras Municipais, considerando

taxa de juros, variação das ORTNs, carência e prazo de amortização do financiamento?

4) - O Governo do Estado está cobrando encargos adicionais das prefeituras, em relação ao que paga ao Banco Mundial?

5) - É de livre escolha do Prefeito Municipal a execução de obras com esses recursos?

6) - As parcelas atrasadas, não repassadas ainda às Prefeituras sofrerão os reajustes necessários para corrigir os efeitos da inflação?

7) - Quanto recebeu cada município através do PRAM e quais os critérios para a fixação desses valores?

8) - Segundo entendimento entre o Governo do Estado e as prefeituras, em reunião realizada em Cascavel, foram propostas aos Senhores Prefeitos as seguintes condições de financiamento: carência de 3 (três) anos, juros de 1 por cento a.a. e 80 por cento da variação das ORTNs. Ao contrário do que fora estabelecido na reunião acima referida, o Governo do Estado está cobrando das Prefeituras juros de 11 por cento a.a., variação de 100 por cento, das ORTNs e oferecendo carência de apenas um ano. O que motivou a mudança dessas condições?

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 85/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Cria o Parque Estadual Irmãos Godoy, situado no Município de Londrina - Pr. ocupando uma área de terra de 300 alqueires paulistas.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) FIORI LUIZ

PROJETO DE LEI Nº 86/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Casa de Oxalá", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Oxalá, entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 1981, com a finalidade de ensinar a doutrina de Jesus, proporcionando aos associados e a quem necessita, sem distinção de raça, credo religioso ou cor e em especial às crianças carentes, todo o amparo social, espiritual e material, na medida do possível.

A documentação que estamos anexando, comprovam as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, reguladora da matéria de Utilidade Pública em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE - Esta finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como nós vimos habitualmente fazendo há mais de 20 anos, não diríamos uma pesquisa eleitoral, e nem diríamos uma tomada de posição do eleitorado, mas, uma prévia, há mais de 20 anos, nas eleições majoritárias, eu e companheiros que sempre nos acompanharam nesta caminhada política, fazemos uma consulta ao eleitorado para verificarmos as tendências com relação ao pleito majoritário.

E, até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poucas foram as vezes em que nos enganamos. Quase sempre, a tendência inicial do eleitorado se confirma no dia da eleição.

Mas, sempre fazemos isto, mais para orientação pessoal, sem nenhum interesse de divulgação. Entretanto, este ano, os nossos amigos jornalistas, que fazem a cobertura dos trabalhos legislativos, nos solicitaram os resultados dessa primeira prévia. E nós fornecemos, como é o dever de todo aquele cidadão que deseja praticar a democracia com o coração, não apenas da boca para fora. E mostramos, inclusive, o volante que nós distribuímos à população para opinar, que é em forma de circular, onde cada votante terá que procurar o nome de sua preferência, e jamais no sentido horizontal, para evitar qualquer preferência, ou para evitar que ela seja dirigida, como nos acusou, injustamente, hoje, o nobre Deputado Nestor Baptista.

E, entre os 12 candidatos a candidato, efetivamente nós não incluímos os eminentes Deputados Ervin Bonkoski e Nestor Baptista, porque nós não sabíamos, na oportunidade, da sua pretensão em ser candidato a candidato a Prefeito de Curitiba.

Talvez fosse isso que tivesse causado a mágoa ao nobre Deputado Nestor Baptista, porque hoje, nós assistimos a um programa de televisão, e dizer que a prévia era dirigida, e assistimos também ao eminente Secretário do meu Partido, Deputado Aírton Cordeiro, Deputado que tem todas as condições para ser Prefeito da nossa cidade, pela sua cultura, pelo brilhantismo da sua atuação parlamentar, pelas causas públicas que ele vem abraçando, nós assistimos estarrecidos ele dizer que o PDS não tinha autorizado pesquisa nenhuma!

Meu Deus do Céu!

Nesta altura da minha vida, eu não preciso de autorização nem da minha mãe e nem do meu pai para fazer aquilo que eu preciso, e, muito menos do meu Partido e do Secretário do meu Partido.

Eu não aceito esta mágoa!

Será por que ele vem lá embaixo nas pesquisas, é que ele se posiciona dessa forma? São pesquisas honestas, pesquisas sérias, aquelas que nós realizamos.

Curitiba, quinta, em 23.05.85

E queremos aqui lançar um convite aos Srs. Deputados que são candidatos a candidato a Prefeito de Curitiba, para que escolham o bairro, o dia e a hora, que nós vamos fazer uma pesquisa, para provar que o nosso levantamento é honesto, é certo, e que está liderando esta pesquisa, muito a meu contragosto, o ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner. Mas, é a tendência do eleitorado, é o desejo, é a vontade do povo.

Agora há pouco eu ouvi do eminente Deputado Adhail Sprenger Passos:

- Espere mais 15 dias.

Vamos esperar mais 60, mais 90 dias, vamos realizar outras prévias. Nós não recebemos esse resultado como resultado de uma eleição, mas, apenas quisemos testar a tendência do eleitorado. Por isso, estranhemos a reação que nós recebemos a esse trabalho, que é um trabalho eminentemente democrático, porque o político tem que praticar a democracia em atos, em gestos, não apenas em palavras, não apenas da boca para fora.

Fica aqui, então, o meu convite.

Não é repto, não é desafio. O meu convite aos nobres Deputados Adhail Sprenger Passos, Roberto Requião, Aírton Cordeiro, Nestor Baptista e Ervin Bonkoski, para, juntos, no bairro em que Suas Excelências escolherem, realizarmos uma pesquisa, para eles verificarem pessoalmente que ela não é dirigida, que eu não tenho nenhum interesse pessoal.

Apenas como político, que milito na política há quae 30 anos, gosto de sentir a tendência do eleitorado. Gosto de sentir os caminhos que ele deseja percorrer nas eleições.

E, até hoje, repito, todas as eleições majoritárias em Curitiba, nunca me enganei com relação ao resultado do pleito, e invoco o testemunho aí do 1.º Secretário da Casa, quando em 1965, no final da tarde do dia 15 de novembro, onde disputava o Governo do Estado, Paulo Pimentel e Bento Munhoz da Rocha. Recebi, eu que estava encarregado do transporte aos eleitores, naquela data, recebi a visita do eminente Deputado Anibal Khury, do então candidato Paulo Pimentel, acompanhado que estava do ex-Governador Jayme Canet Júnior e do Prefeito de Curitiba Ivo Arzua Pereira.

No final da tarde eles me disseram: Erondy, ganhamos a eleição em Curitiba. Eu disse: absolutamente. Quem ganhou a eleição em Curitiba foi Bento Munhoz da Rocha Neto.

E não deu outra, está aí para confirmar, o nobre Deputado Anibal Khury. Então, por que fiz essas afirmações? Porque eu senti o eleitorado, é o que faço sempre.

Agora, aceito, admito, de que os postulantes à Prefeitura de Curitiba não aceitam esse trabalho, agora, jamais duvidaram da honestidade de propósitos na sua realização. Por isso eu estou aqui fazendo esse convite, que não é um desafio, mas, para que eles possam, pessoalmente, verificar a honestidade de critérios que nós adotamos nestas pesquisas.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França, que tem a palavra.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou recebendo de uma somatória de associações, preocupadas com os problemas da América Latina, convite de um encontro de solidariedade. "A Nicarágua e pela Paz da América Central", previsto para o próximo dia 25 de maio, às 16:00 horas, aqui na Assembléia Legislativa.

Destacamos a nossa posição em termos da importância deste evento, mesmo porque, de uma vez por todas, é preciso que a América Latina se una contra as agressões colonialistas e imperialistas dos Estados Unidos.

Depois de séculos de veias abertas em roda de exploração, é preciso, mais do que nunca, que nós, latino-americanos, encontremos juntos a caminhada adequada para a defesa dos nossos interesses e a rota da libertação.

Em termos de uma questão que aí está colocada. A questão das críticas, debates e problemas envolvendo a Faculdade de Filosofia de Jandaia do Sul. Entendemos que se faz necessário um desarmamento de espírito para discutir os problemas daquela importante instituição de ensino superior. (Lê):

"Ponderação e bom senso devem ser os critérios de atuação para todos os que de fato pretendem o engrandecimento da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, principalmente agora que a instituição já se libertou da UTI, pelo desfalque sofrido de nada menos que Cr\$ 800.000.000 (OITOCENTOS MILHÕES DE CRUZEIROS), segundo o processo-crime que está sendo movido contra o antigo diretor, Dr. Seldo Fraiha.

É por isso que, enquanto o ex-diretor está respondendo judicialmente por desmandos praticados e de conhecimento da opinião pública, é incoerente e leviana toda e qualquer especulação demagógica e estribada em injúrias, objetivando conspurcar os trabalhos que vêm sendo realizados pela nova Direção da FAFI de Jandaia do Sul, na pessoa do Professor Wilson de Matos Silva,

pessoa idônea, competente e de ilibada reputação.

O momento é de reflexão e não de histeria bairrista, até mesmo porque a atividade educacional está acima de qualquer fronteira. Torpediar uma administração em nome de alegações mesquinhas e caluniosas é dar livre curso a uma imaginação doentia que objetiva golpear de morte uma instituição de ensino superior, num momento em que os esforços de todos devem ser conjugados para fortalecê-la.

Agora, quando recebi o manifesto dos próprios estudantes da FAFI de Jandaia do Sul, testemunhando a lealdade e honestidade do Professor Wilson de Matos Silva e qualificando de injuriosa toda a coletânea de maledicências propaladas pelo Vereador Jonas Morales e outros, a teimosia em prosseguir classificando de "curso vago" o ensino que se ministra na escola superior de Jandaia do Sul é agredir irresponsavelmente toda a comunidade estudantil do Vale do Ivaí que se beneficia pela formação em nível superior na Faculdade de Jandaia do Sul.

Corroborando as afirmações dos acadêmicos, o Diretório Acadêmico 14 de Dezembro atesta absoluta legitimidade do atual Diretor, a quem empresta aplausos pela dedicação e devotamento à causa da Faculdade, deparo com outro documento na forma de carta aberta da congregação e professores da mesma escola, realçando a integridade e seriedade do Professor Joaquim Henrique Lauer, também alvejado por trama difamatória, bem como hipotecando total confiança na honradez e espírito de justiça dos atuais administradores da FAFI.

Por outro lado, conquanto não seja da competência específica da Câmara Municipal de Jandaia do Sul fiscalizar a instituição de ensino superior local, considerando-se a prodigalidade do Diretor Wilson de Matos Silva que se prontificou em recepcionar da melhor forma possível a comissão especial de Vereadores jandaienses eleita para averiguar fatos e proceder à sindicância na FAFI de Jandaia do Sul, bem como avaliando-se, ainda, que o próprio Promotor Público da Comarca e Professor da instituição, Bel. Manoel Ilécir Heckert, prontificou-se, de bom grado, a tudo acompanhar cuidadosamente, se é que os autores das denúncias que até agora estão escoando apenas pela imprensa, querem o engrandecimento da FAFI de Jandaia do Sul, ao invés de enxovalhar irresponsavelmente profissionais conscienciosos, devem participar, de espírito desarmado, de ampla discussão com estudantes, professores e administradores desta escola superior, pois que é desumano conspirar contra a mais elevada casa de ensino da cidade de Jandaia do Sul".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Odeni Mongrueel.

O SR. ODENI MONGRUEEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob o título "A Integração Econômica do Paraná", o jornal "Indústria e Comércio", na coluna do jornalista Gilberto Larsen, diz que a melhor notícia que o Paraná recebe, neste início da Nova República, veio ontem pelo Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, a propósito da duplicação de mais um trecho da Rodovia do Café, e a construção da ligação Barracão-Marmeleiro.

Gostaria, na condição de Deputado eleito por Ponta Grossa e pela Região dos Campos Gerais, destacar da importância da duplicação desse trecho da Rodovia do Café, de aproximadamente 60 km, e que se estende do Sprea à referida cidade.

É um trecho da maior importância para a BR-376, principalmente pelo enorme significado que tem esse importante corredor de exportação, no que diz respeito ao escoamento de grande parte da safra paranaense, que demanda das regiões produtoras, do Oeste, Sudoeste, e Norte do Estado, ao Porto de Paranaguá.

Quero destacar, portanto, essa atitude do Secretário dos Transportes do nosso Estado, que, por certo, autorizado pelo Governo, no qual participa como elemento significativo em sua administração, no dia de amanhã, na histórica cidade da Lapa, na presença do Ministro dos Transportes, o paranaense Affonso Alves de Camargo Neto, estarão, portanto, assinando a licitação de cujo atendimento burocrático virá, e esperamos nós, no mais breve espaço de tempo possível, o início da referida obra. É bom lembrar que, se torna indispensável que as forças do Paraná reúnam-se, em torno de teses e de causas paranistas; hoje, com a Nova República, o Paraná ganha importante espaço político, administrativo e de decisão no que se refere aos escalões federais, principalmente na área dos transportes.

É, portanto, da maior importância e de grande significado e que se reproduz desde logo em alegria contagiante a nós, moradores desta região histórica do Estado do Paraná, quando tomamos conhecimento de que há essa disposição de se fazer executar a duplicação do trecho Sprea/Ponta Grossa, facilitando, sobretudo, o acesso à Capital

do Estado, e facilitando, também, o escoamento da produção agrícola, como já me referi.

E vale a pena lembrar que, essa região, esquecida dos Governos anteriores, muito poucos foram os benefícios que apareceram, nos últimos tempos; ainda, recentemente, alguns trechos rodoviários e que compõem a Rodovia do Cerne, é o resultado do esforço do povo do Paraná, através do Programa de Rodovias Alimentadoras financiado por bancos internacionais, que, ao seu final, caberá ao próprio povo paranaense pagar o ônus resultante dessa construção. Ora! Parece-me ser muito original essa proposta, essa demonstração de boa vontade do Governo Federal acionado pelo Governo do Estado, para promover, desde logo, a execução da referida obra. Quanto à alegação da inexistência de recursos financeiros para tal fim, este é o momento de o Paraná, através das suas Lideranças, somar esforços para que efetivamente o Governo do nosso Estado dê início à execução da obra, mas, tenha a certeza de que, a partir do próximo ano, recursos específicos serão programados pelo plano federal, e o nosso Estado será ressarcido dessa despesa, porque, o que não é possível é que, execução de obras como a Ferrovia Central do Paraná construída com o esforço da gente paranaense, esteja, até agora, nos cofres do Tesouro, esperando a entrada desses recursos!

Nós esperamos que, a Rodovia do Café no trecho Sprea/Ponta Grossa, seja iniciada, mas que, recursos não nos faltem, a partir do próximo ano!

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O assunto que iremos focalizar, que diz respeito ao Porto de Antonina, lamentavelmente não está presente nesta Casa, o Deputado Artagão Mattos Leão, do PMDB, que é o Deputado daquele Município e portanto seria de vital importância para nós que ele estivesse presente, e comungasse dos nossos pensamentos e fizesse coro com a nossa idéia, para que nós tirássemos Antonina da situação de caos em que se encontra.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná tem uma dívida a resgatar, com o povo de Antonina; o trabalho da gente capelista propiciou que o Porto de Antonina, na década de 30, se constituísse no 4.º do País, tanto na importância da sua importação, como na exportação. Na época, com a profundidade de 21 pés, igual

a do Porto de Paranaguá, por seu canal transitavam navios de médio porte, capacitando em um só dia, a atracação de 8, com imediata operação de carga, e descarga, que por tais funções absorvia direta e indiretamente, emprego, acima de 2.000 pessoas.

O Porto de Antonina ajudou o Paraná, a se desenvolver; hoje está decadente, e sua população sofre as conseqüências. Esta é a dívida que temos de resgatar. Não se trata de provocar uma concorrência com o Porto de Paranaguá, hoje sem dúvida alguma, um dos maiores terminais portuários do País, mas, sim de conciliar o interesse das duas cidades.

Muito já se falou sobre a necessidade de se reativar o Porto de Antonina e até agora os ecos daquela cidade não tiveram receptividade. Mas agora é o momento de se retomar essa campanha, pois o Paraná, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tem dois de seus filhos nos altos escalões da Nova República responsáveis justamente por este setor. Temos o Ministro dos Transportes e também o Diretor Financeiro da Portobrás-Antônio José Santana Lobo Neto que é filho do Litoral, filho de Paranaguá. Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é o momento desta Casa de Leis interceder junto ao Governo Federal para que atenda pelo menos às reivindicações mais primárias de Antonina.

Neste sentido, o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de Antonina, através do seu Presidente - Príamos Pilar Cúnico, já enviou expediente ao Ministro dos Transportes, Senador Affonso Alves de Camargo Netto, onde consta o estudo daquilo que é necessário para reativar o Porto daquela cidade. (Lê):

"No relato do Sindicalista antoniense já um alerta que deve ser levado em consideração. As medidas para beneficiar Antonina não podem ser tomadas apenas nos gabinetes mas antes é necessário se ouvir os diversos segmentos da sociedade capelista, notadamente os líderes sindicais.

Senão vejamos. Em 1979 criou-se o Polo Energético Carvoeiro do Paraná, via Porto de Antonina. Ao que tudo indicava seria a salvação para os trabalhadores e para a economia do município. No entanto, foi mais um prenúncio de derrocada de um novo ciclo. O carvão substituiria industrialmente o combustível do petróleo. O movimento com a descarga foi razoável à manutenção dos estivadores que até então foram obrigados ao saque de seus "fundos de garantia" para a sobrevivência. Conforme chegava o carvão, os tecnocratas emitiam ordens de demolição dos depósitos em alvenaria que serviam ao armazenamento de cargas secas, para dar espaço ao carvão.

A isso tudo a comunidade assistia calada e pacificamente, enquanto os salvadores políticos justificavam as demolições, sob o manto de ser o Porto de Antonina, um auxiliar imediato de Paranaguá. Nos piques de embarque de soja, via-se o engarrafamento alarmante no Porto de Paranaguá, enquanto Antonina, sem qualquer movimento maior, sofria a negativa do tráfego desse produto, argumentando-se, então, sobre a poluição do carvão, e a ausência de armazéns. O Porto auxiliar foi um engodo.

A situação do Porto de Antonina chegou à calamidade. Atualmente descarrega-se no porto um navio por semana, com trabalho para 40 horas, utilizando-se entre estivadores, arrumadores, conferentes e portuários, 50 trabalhadores, os quais ficam sem trabalhos nos demais dias, por falta de carga ou descarga de outros produtos como alternativa de sobrevivência.

Os sindicatos de Antonina têm conhecimento de várias empresas interessadas em promover o embarque e desembarque de mercadorias através do porto local, mas se deparam com o problema da profundidade do canal, atualmente com 4 metros e 40 centímetros, intensamente assoreado por nunca ser dragado.

Sabemos que em quase 90 por cento dos portos brasileiros, o canal de acesso tem vinte e seis pés, correspondentes a oito metros. A dragagem, então, para o de Antonina, é fundamental a fim de que, efetivamente, se torne um porto auxiliar de Paranaguá. Não se quer, nem se pretende uma competição mas sim a sobrevivência nesse setor de uma sociedade que muito já contribuiu para o progresso do Paraná. Este pensamento, Senhores Deputados, é também dos líderes sindicais de Antonina.

Com a dragagem o Porto de Antonina se transformará num auxiliar de boa qualidade e variações de carga, inclusive se houver empenho do Governo do Paraná, através da Secretaria dos Transportes junto à Minas Terras Agropastoril Ltda., a carga seca novamente poderá circular por este cais alargando o trabalho dos sindicatos antoninenses.

Ouve-se, há muito, que o Governo do Paraná não investe no Porto de Antonina por findar a concessão em dezembro de 1992, quando, então, passará ao domínio da Portobrás o mando portuário no Brasil. Resulta daí, uma expectativa negativa à classe portuária e à população capelista. Mas enquanto paira essa dúvida, Antonina não pode continuar sofrendo.

É necessário lembrar que muitas obras de infra-estrutura já foram feitas e estão abandonadas. Em 1937, o saudoso Henrique Lage, com arrojo, iniciou a construção da ponte Felix, que atualmente se encontra abandonada. Tal ponte tem enrocamento com

mais de 60 mil metros cúbicos de pedra e obras já executadas no valor de dois bilhões de cruzeiros. O principal material para a conclusão do cais naquele local dista apenas 500 metros com facilidades para a movimentação dos aterros. O futuro cais dista a cinco quilômetros do traçado da BR-101. A futura rodovia, já reivindicada pelo Paraná por diversos segmentos da nossa sociedade, terá importante fundação no transporte de cargas entre o Sul e o Norte do país. Daí mais um fator decisivo para a reativação de Antonina como terminal portuário.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o momento oportuno de olharmos para Antonina e resgatar a dívida que temos com o povo capelista".

O requerimento que acompanha esse nosso pronunciamento, está vazado nos seguintes termos: Requer envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, tudo isso está sendo feito por um Deputado, filho de Paranaguá, que teve uma grande dificuldade em penetrar em Antonina, postulando alguns votos do brioso povo daquela terra.

Isto porque eles enxergavam na nossa pessoa um político suspeito, que queria conseguir os votos do povo capelista e advogar somente as causas de Paranaguá em detrimento daquela cidade.

Foi com dificuldade, Senhor Presidente e Senhores Deputados e eu confesso, que nós ali na última eleição conseguimos impor uma certa credibilidade e lá fomos candidato a Deputado Estadual, conseguindo a maior votação da história política daquela cidade. Foram 1.753 votos, portanto foi um crédito de confiança que eles deram a este Deputado.

E eu confesso aos ilustres Pares desta Casa que faço sem a menor cerimônia este apelo ao Ministro dos Transportes, com quem já tive uma grande amizade e hoje, por razões políticas, estamos distanciados.

Mas eu quero crer que Sua Excelência, o Ministro dos Transportes haverá de focalizar o assunto que ora defendemos nesta Casa com imparcialidade e muita objetividade.

Porque se não for assim Antonina está fadada a desaparecer lenta e progressivamente por falta de serviço, de trabalho aos homens daquela cidade litorânea.

Paranaguá, como eu disse no meu discurso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não queremos estabelecer um confronto entre Paranaguá e Antonina. Paranaguá é um super-porto, um dos maiores do País, o maior Porto graneleiro do País.

Portanto, Paranaguá pode perfeitamente "pari-passu" acompanhar a evolução deste

deste nosso trabalho, e irmanamos com Antonina no sentido de permitir que ela sobreviva; não se quer nada mais nada menos do que a sobrevivência do Porto de Antonina. Portanto, a dragagem do Porto de Antonina é mistér, é importante, é imperativa, Senhores Deputados, para que navios de médio porte possam adentrar no seu Porto e conseguir descarregar e carregar mercadorias, alimentando a esperança de um povo que há mais de 30 anos padece por falta de movimentação daquele Porto.

Pego encarecidamente aos Deputados que compõem a Bancada Governista, que falam mais alto junto ao Governador e ao Ministro dos Transportes, que endossem essa nossa tese. Os Deputados-mormente o Deputado Artagão Mattos Leão, que lamentavelmente está enfermo e não se encontra nesta Casa, que poderia assumir conosco esse encargo, poderia, eu permito - até que o paternalismo dessa idéia fosse do Deputado Artagão Mattos Leão, numa atitude insuspeita de quem não quer fazer política, mas quer fazer o bem ao povo que realmente merece.

Portanto, o apelo, além do Deputado Artagão Mattos Leão, ao Deputado Caíto Quintana, que endossem esse nosso pronunciamento a fim de que, juntos, possamos viabilizar o que Antonina pretende há mais de três décadas. Eu gostaria que as desculpas apresentadas no passado, inclusive quando eu era do Governo, do PDS e não tivemos condições dos Ministros do PDS de viabilizarmos essa propositura.

Oxalá! Senhores Ministros que compõem o Governo José Sarney, possam tripudiar dos Ministros do Governo anterior, e, hoje, um Deputado do PDS, que não conseguiu no passado com os Ministros do seu Governo, talvez possa hoje viabilizar esse sonho dourado de Antonina com Ministros de um Governo que, para mim, é da oposição.

Mas eu não esmoreço, não perco as esperanças, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque entendo que as causas justas mais cedo ou mais tarde, tornam-se realidade, e eu quero que esta Casa fale uníssona a fim de concretizar o sonho que vem sendo acalentado há muitos anos pelo povo capelense.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças, consulto à Bancada do PMDB se fará uso da palavra.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, usará da tribuna por 10 minutos, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o jovem representante de Campo

Mourão e adjacências, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - (Lê):

"O problema mais grave, que está na raiz de quase todos os outros, é o da concentração excessiva de Poder, no nível do Governo Central, em detrimento dos demais níveis da Federação".

Tancredo de Almeida Neves.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

"Nesta tarde, trago aqui não uma questão recente e palpitante, mas um velho assunto que há muito vem sendo motivo de acalorados discursos, tomando os espaços na imprensa, e que pela sua configuração atual ainda muito incomodará as pessoas intimamente ligadas ao setor econômico do Governo da Nova República.

Não pretendo estender-me em demasia sobre o problema da necessidade urgente da Reforma Tributária: o meu objetivo é reiterar o pedido de uma tomada de posição por parte do Presidente José Sarney, com relação ao assunto, dada a premência de se determinarem novos critérios, provisórios ou não, antes da realização da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito se tem falado, mas pouco se tem atuado, enquanto isso, a Emenda Constitucional n. 18 de 1965, e a legislação que lhe seguiu, continuam vigindo tranquilamente, uma convivência difícil de ser explicada, diante da importância que deveria estar sendo prestada ao problema tributário. Seria injusto se aqui não me referisse à vitória, ainda que parcial, da Emenda Passos Porto, a primeira Emenda Constitucional sobre a matéria econômico-financeira, oriundo do Poder Legislativo, aprovada em pleno regime autoritário.

Na essência, a Emenda tentou atribuir aos Estados e Municípios novos recursos, sem onerar os contribuintes. Tais objetivos embora louváveis, pecaram pela estrutura viciada em que se apoiaram embora os Estados e Municípios tenham vindo a receber percentagens maiores, através do aumento do Fundo de Participação, e de maiores percentuais que até a data eram na sua maior parte encaminhados à União, a situação ruínosa em que já se encontravam não lhes permitiu recuperar o fôlego há muito perdido.

Se não foi uma vitória completa pelos objetivos a que se propunha, apresentou a Emenda Passos Porto um grande marco político, obtido pela primeira vez através da pressão popular quando então denominada Frente Municipalista dobrou a vontade, até então inabalável, do velho regime.

Durante estes dois anos, viemos sistematicamente desenvolvendo um trabalho in-

tenso, sobre a validade da ampla Reforma Fiscal. Embasados principalmente nas dificuldades que sentimos junto as municipalidades da Micro-Região de Campo Mourão (COMCAM). Em setembro de 1983, ao recebermos correspondência do Prefeito de Goioerê, na qual aquele Executivo Municipal se mostrava particularmente preocupado com a impossibilidade do pagamento das contribuições atrasadas do INPS, fizemos uma alocução desta mesma tribuna, demonstrando a necessidade de uma melhor distribuição da renda pública para evitar tais situações, idênticas em todos os Municípios do Paraná. Naquela oportunidade apresentei sugestão ao Ministro da Previdência para que os municípios brasileiros fossem anistiados das contribuições em atraso.

Depois daquela ocasião, outras vezes me pronunciei sobre o assunto, sempre alertando para a situação de pré-falência dos municípios do Paraná, em virtude do sistema tributário vigente, e à forma discricionária e parcial como estão sendo repartidos os lucros provenientes dos contribuintes.

O que me motivou a novamente aqui levantar a questão, foi o aumento do salário mínimo. Se a situação econômica da maioria esmagadora dos municípios do Paraná era precária depois do aumento do salário mínimo, as Prefeituras terão que fazer verdadeiros malabarismos para equacionarmos salários, do já reduzido quadro de funcionários, e demais despesas. É evidente que aqui não está embutida qualquer crítica ao índice de aumento do salário que foi uma medida mais que justa no contexto da realidade nacional, e, no nosso entender, tardia. Mas indiscutivelmente, esta medida econômica traduz-se em mais um pesado ônus para as já magérrimas finanças municipais, haja vista que as receitas continuam as mesmas.

Neste contexto, e visando minorar esta problemática, acredito que seria indispensável, neste momento, a adoção de medidas tributárias emergenciais, antes mesmo da reforma tributária ampla a ser proposta pela Assembléia Nacional Constituinte. Tais medidas viriam fortalecer de imediato os cofres municipais, dando novo alento àquelas administrações. Posteriormente, este conjunto de medidas seria ou não reiterado por aquela Comissão. O que não é possível é que todo o rol legislativo e centralizador, editado no Governo anterior, e destinado exclusivamente a locupletação dos cofres da União, continue vigindo. Não podemos ficar impassíveis diante do caos tributários que a avidez dos anteriores Governos criou!!

Tancredo de Almeida Neves, ao ser indagado sobre qual a sua opinião com relação à reforma tributária, respondeu: "A

reforma tributária terá três níveis de abrangência: melhor distribuição de carga tributária; racionalização e contenção de despesas; e maior autonomia para os Estados e Municípios"- torna-se, portanto, imprescindível reforçar a capacidade financeira dos Estados e Municípios" - "é hoje imprescindível retornar o País ao ideal federativo, pela devolução aos Estados e Municípios, da autonomia retirada pelo centralismo tecnoburocrático".

Não nos sobram dúvidas, diante destas afirmações, das excelentes intenções que animavam o grande estadista. Temos a certeza que idênticas motivações animam o atual Presidente da República; porém, é preciso que as autoridades federais se conscientizem da urgência de medidas a serem adotadas antes da nova Constituição, sob pena de que a reforma fiscal quando começar a vigir, venha a ser implantada sobre os escombros das municipalidades falidas!"

O Sr. Tadeu França- Vossa Excelência um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Rubens Bueno, na realidade a reforma tributária é um anseio que precisa urgentemente ter uma resposta. Não podemos, de forma alguma, persistir aceitando o quadro de empobrecimento de nossos municípios, uma rota efetiva para a decadência, envolvido com os mais graves problemas, desemprego, latifúndio que asfixia o próprio desenvolvimento. Populações inteiras que continuam marginalizadas.

É por esta razão que o cumprimentamos pela preocupação séria, coerente, municipalista e voltada para as diretrizes de que nós jamais haveremos de ser um país forte se nós também não formos uma série de municípios fortes.

Parabéns portanto, pela sua visão e pela certeza de que está reproduzindo de uma forma muito eficaz aquele enunciado que foi a inspiração de Tancredo Neves, "A Nova República só haverá de ser nova se for municipalista".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa consulta à Bancada do PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Senhor Márcio Almeida.

Não se encontrando no plenário, consulto novamente à Bancada do PMDB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente

e Senhores Deputado.

Ocupo esta tribuna para reafirmar a disposição do Partido da Frente Liberal de colaborar e participar no aperfeiçoamento do processo democrático. E também Senhor Presidente de participar dos trabalhos deste Poder Legislativo.

Mas quero deixar registrado aqui a nossa reclamação, Senhor Presidente, não obstante a boa vontade de Vossa Excelência Senhor Presidente, como Secretário da Casa, no atendimento às nossas reivindicações, mas não justifica a morosidade com que acontecem as coisas nesta casa.

A Frente Liberal criada já a partir de março, e nós em fim de maio, até agora não conseguimos condições para instalação onde a Frente Liberal possa se reunir, pelo menos de discutir assuntos de interesses da Casa, não obstante a boa vontade de Vossa Excelência Senhor Presidente na qualidade de Secretário da Casa, mas não sei o que acontece. Não temos ainda os móveis que foram autorizados e até agora não chegaram no gabinete. Carro a culpa não é sua, pois nós sabemos da greve e a falta de carros para a entrega. Os cargos da Diretoria e Coordenadorias, a Frente Liberal não teve nenhuma participação.

A disposição de Vossa Excelência de haver a contemplação de outras funções, estamos aguardando, até agora não fizemos as indicações do quadro completo da Liderança da Frente Liberal, porquanto não temos nem aonde mandar esses funcionários, por isso estamos aguardando para poder fazer a indicação necessária. Mas a Frente Liberal, com isso também vem sendo prejudicada na composição das comissões da Mesa, fizemos a indicação proporcional, deveria ser proporcional também a participação nas Presidências das Comissões, no entendimento com a Liderança do PMDB e anteontem com a Liderança do PDS, ficou acertado de que a Frente Liberal participaria dentro da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio e a Vice-Presidência de Tomada de Contas, acabo de tomar conhecimento que a Comissão de Turismo ficou destinada ao PDS.

Por isso, nós fazemos um apelo, mais uma vez Senhor Presidente, que dê condições para que possamos trabalhar e dar a nossa contribuição nesta Casa, no processo Legislativo e na Administração.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa ao nobre Deputado Gilberto Carvalho, que o Partido da Frente Liberal, esta sofrendo problemas de noviciato.

Nós estamos providenciando tudo o que a Frente Liberal requereu e infelizmente problemas de móveis, nós temos que fazer

concorrência e foram procedidas as concorrências.

Quanto ao problema das Comissões, a Comissão Executiva não tem como interferir, mas a Bancada, o Líder da bancada do PMDB deverá conversar com Vossa Excelência.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Só para justificar, não há, sei da boa vontade, como mencionei, do Secretário da Casa no atendimento, mas a morosidade é muito grande, porque a licitação, nós sabemos que não vai sessenta, setenta dias, é muito prazo. Por isso estou fazendo um apelo para que Vossa Excelência faça com que seja agilizada essa aquisição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode ficar tranqüilo, se não estiver mobiliado em dez dias o gabinete da Liderança, eu cederei o meu gabinete.

Encerrado o Horário das Lideranças,

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico n.º 12/85, expedido pelo Serviço de Inspeção de Saúde deste Poder Legislativo, à partir do dia 20 do corrente mês, até o dia 18 de junho do corrente ano. Inclua-se na Ordem do Dia da Sessão do dia 27/05/85.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 07/85, (Mensagem n.º 24/85 - ex-Proposição n.º 27/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.º Termo Aditivo, de 06/11/84 ao Convênio n.º 95/SG/83, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 07/12/83 - e o Ministério do Interior com interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior da SUDESUL e da Secretaria do Planejamento, com objetivos que especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º

08/85, (Mensagem n.º 18/85 - ex-Proposição n.º 20/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 248/84, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 09/85, (Mensagem n.º 03/85 - ex-Proposição n.º 05/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica objetivando o engajamento dos Municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 10/85, (Mensagem n.º 42/85 - ex-Proposição n.º 47/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Convênios celebrados em 28/12/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da Erosão urbana. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 11/85, (Mensagem n.º 43/85 - ex-Proposição n.º 48/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 31/10/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios adiante mencionados, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte de passageiros. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 12/85, (Mensagem n.º 44/85 - ex-Proposição n.º 49/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 07/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com interveniência da FAMEPAR e objetivando aplicar recursos financeiros do FNDU, visando melhoria dos sistemas de transportes. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 13/85, (Mensagem n.º 51/85 - ex-Proposição n.º 54/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Coopera-

ção Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 14/85, (Mensagem n.º 52/85 - ex-Proposição n.º 57/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública a EMOPAR e Municípios que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Unidades Policiais Militares. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 15/85, (Mensagem n.º 53/85 - ex-Proposição n.º 58/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 15/08/84 através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando execução de reparos nas Cadeias e Delegacias de Polícia dos citados Municípios. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 16/85, (Mensagem n.º 61/85, ex-Proposição n.º 63/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópias autênticas de Termos de Convênio de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 17/85 - ex-Proposição n.º 62/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com os Municípios de Londrina e Mandirituba, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 18/85 (Mensagem n.º 04/85 - ex-Proposição

n.º 06/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 14.º e 15.º Termos Aditivos de 13/12/84 ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, o Ministério da Agricultura e a SUDESUL, através da Secretaria da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 58/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 88/85), que objetiva fixar normas legais pertinentes a isenção tributária e outras vantagens fiscais às microempresas, bem como alterar dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM). Com PARECER FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 58/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - a microempresa é assegurado tratamento diferenciado, no campo tributário, de acordo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único - O tratamento favorecido dado nesta Lei não exclui outros benefícios previstos na legislação estadual.

Art.2.º - Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as pessoas jurídicas e firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior a 5.000 (cinco mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e que sejam:

I - empresas comerciais que vendam mercadorias, apenas em operações internas, diretamente a consumidores finais; ou

II - empresas industriais que vendam produtos acabados exclusivamente a consumidores finais.

§ 1.º - Para os efeitos previstos no "caput" deste artigo, tomar-se-á por referência o valor da ORTN vigente no mês de janeiro de cada ano, devendo a receita bruta anual ser apurada no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

§ 2.º - Anualmente serão enquadradas no regime de que trata esta Lei as empresas que tiverem realizado, no ano anterior, receita bruta igual ou inferior a 5.000 (cinco mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional vigentes no mês de janeiro, respeitada a proporcionalidade prevista no parágrafo seguinte.

§ 3.º - No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 4.º - A empresa que iniciar sua ati-

vidade de mercantil na vigência desta Lei, poderá requerer, desde logo, o seu enquadramento como microempresa, desde que possua Registro Especial de Microempresa na Junta Comercial.

§ 5.º - Entende-se como receita bruta, para os fins do disposto neste artigo, os valores das compras de mercadorias, acrescidos da margem estimada de lucro, das demais receitas operacionais e não operacionais auferidas.

§ 6.º - A receita referida no parágrafo anterior poderá, pelo fisco, ser arbitrada com base no valor das despesas realizadas pela empresa.

Art.3.º - Ficam excluídas do regime desta Lei as empresas:

I - constituídas sob a forma de sociedade por ações;

II - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

III - que participe do capital de outra pessoa jurídica ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência desta Lei;

IV - cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% (cinco por cento) do capital de outra empresa, desde que a somatória da receita bruta dessas empresas não ultrapasse o limite fixado no Art. 2.º;

V - aquelas resultantes do desmembramento de uma única firma ou empresa em outras de porte menor ou da transmutação de filiais em empresas autônomas, exceto se a transformação ocorreu em data anterior a 1.º de janeiro de 1985;

VI - que realize operações relativas a:

- a) importação de produtos estrangeiros;
- b) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- c) produção, exploração ou exportação de produtos primários;

Art.4.º - A microempresa fica isenta dos seguintes tributos:

I - do imposto sobre operação relativas à circulação de mercadorias, quanto às saídas de mercadorias e ao fornecimento de alimentação que realizarem;

II - da taxa de prestação dos serviços de registro inicial da Junta Comercial. Parágrafo Único - A isenção referida no inciso I deste artigo não se estende às saídas de mercadorias que fiquem sujeitas ao regime de substituição tributária.

Art.5.º - A isenção referida no artigo anterior, não dispensa o cumprimento das seguintes obrigações tributárias acessórias:

- I - o cadastramento fiscal;
- II - a escrituração do livro Registro de Entradas;

III - a emissão de notas fiscais, exceto para consumidor final residente no Estado, quando por este retirada a mercadoria, sem utilização de transporte e cargas;

IV - a guarda, para exibição ao fisco, dos livros e documentos relativos aos atos negociais que praticar, inclusive documentos de despesas;

V - o preenchimento e a entrega da Declaração Fisco Contábil simplificada -DFC-, na forma e no prazo estabelecido em Norma Complementar.

Art.6.º - O enquadramento e o desenquadramento como microempresa dar-se-á de ofício, ou mediante requerimento da interessada, na forma do disposto em Instrução da Secretaria das Finanças.

Art.7.º - A microempresa cuja receita bruta ultrapassar o limite fixado no artigo 2.º ficará automaticamente desenquadrada do regime tributário previsto nesta Lei, a partir do segundo mês seguinte ao da ocorrência desse evento.

§ 1.º - O descumprimento das demais condições e requisitos, contidos nesta Lei, implicará igualmente, em exclusão automática do regime jurídico aqui previsto, a partir do segundo mês seguinte ao da verificação do fato.

§ 2.º - Ocorrendo o desenquadramento como microempresa, fica assegurado, na forma a ser disciplinada em Instrução da Secretaria das Finanças, crédito fiscal presumido relativo ao estoque existente à data desse evento.

Art.8.º - Para os fins previsto no § 5.º do artigo 2.º, ficam estabelecidos os seguintes percentuais de lucro:

I - ao comerciante varejista:

- a) para as mercadorias relacionadas no inciso IV do artigo 13 da Lei n.º 6.364 de 29 de dezembro de 1972 os percentuais atribuídos pelo artigo 4.º da referida Lei;
- b) para as demais mercadorias - 30% (trinta por cento);

II - ao industrial - sobre o valor da matéria-prima com mão-de-obra - 30% (trinta por cento).

Art.9.º - Além de sujeitar-se à penalidade específica prevista no Art.54 da Lei 6.364/72, a empresa ou firma individual que mediante dolo, fraude, simulação ou falsidade na prestação de declarações, enquadrar-se como micro, ficará sujeita as seguintes consequências ou penalidades:

I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa;

II - pagamento, com os acréscimos legais, de todo o crédito tributário devido em consequência da desclassificação como micro;

III - multa equivalente a 200% (duzentos por cento) do valor do imposto que deixou de ser pago.

§ 1.º - Aplicar-se-á iguais penalidades e conseqüências à firma ou empresa que, visando manter-se ou enquadrar-se como microempresa deixe de registrar ou sonegar dados pertinentes à aquisição e/ou à entrada de mercadorias e as despesas realizadas.

§ 2.º - A empresa desequadrada em conseqüência do disposto neste artigo, não poderá ser reenquadrada como microempresa.

Art. 10 - Ficam cancelados os créditos tributários constituídos ou não, de contribuintes enquadrados como microempresa na forma desta Lei, pertinentes ao imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM, bem como dos lançamentos exigindo esse tributo, de contribuintes, da categoria de pequeno porte, nos termos do Decreto 4.801/82, cujos prazos de pagamento, em ambos os casos, tenham expirado até 31 de dezembro de 1984.

Art. 11 - O artigo 4.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, parcialmente alterado face o artigo 6.º da Lei n.º 7.816, de 29 de dezembro de 1983, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4.º - Quando o comerciante ou industrial for responsável pelo tributo devido pelo varejista estabelecido no Paraná, a base de cálculo do ICM é:

I - o preço de venda a varejo, no caso de mercadoria que tenha preço de venda fixado por deliberação do fabricante ou o preço máximo de venda a varejo fixado pela autoridade competente;

II - na falta do preço a que se refere o inciso anterior o preço praticado pelo industrial nas operações com o comércio varejista, neste preço incluídos o valor do Imposto Sobre Produtos Industrializados, do frete e/ou frete até o estabelecimento varejista e das demais despesas debitadas ao destinatário, adicionando-se a esse montante, a parcela resultante da aplicação do percentual correspondente à mercadoria estabelecido no parágrafo único deste artigo.

III - o valor de partida do cálculo mencionado no inciso anterior será o preço praticado pelo distribuidor ou atacadista quando:

a) o industrial não realizar operações diretamente com o comércio varejista;

b) a substituição recair sobre operações com cimento, cerveja, chope, refrigerante e produtos correlatos;

c) o contribuinte substituto seja o estabelecimento distribuidor ou atacadista.

Parágrafo Único - São as seguintes mercadorias e respectivos percentuais que se refere o inciso II:

1- Cerveja, chope, refrigerante em máquina ("post-mix") "pre-mix" e demais pro-

ductos classificados nas posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela do IPI, conforme o acondicionamento:

a) litro	50%
b) garrafa, lata e outros inferiores a 1000 ml	60%
c) "post-mix", "pre-mix", barril e outros	100%
2 - Cimento de qualquer tipo, cal e tijolos	20%
3 - Sorvete e picolé	40%
4 - Açúcar, de acordo com os tipos:	
a) refinado	10%
b) cristal	15%
c) outros	20%
5 - Leite, conforme o tipo:	
a) longa vida	20%
b) B	15%
c) especial	10%
6 - Laticínios	30%
7 - Carne bovina, suína, caprina e produtos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, esfriados ou congelados	15%
8 - Ave abatida e produtos comestíveis resultantes da matança em estado natural resfriados, congelados ou simplesmente temperados	15%
9 - Peixe	
10 - Alimento ou tempero industrializado, enlatado, evasado ou envolvido em papel celofane	30%
11 - Café torrado ou moído	15%
12 - Farinha de trigo	150%
13 - Fubá	40%
14 - Biscoito, pão industrializado e sanduíche de qualquer espécie	40%
15 - Bala, bombom, caramelo, pastilha, drop, chocolate, goma de mascar, guloseimas semelhantes	30%
16 - Fruta e alho importados	40%
17 - Suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou em pasta	40%
18 - Bebida alcoólica (exceto cerveja e chope)	70%
19 - Vinagre	40%
20 - Inseticida doméstico	40%
21 - Fósforo de segurança	30%
22 - Água sanitária, detergente, produtos de limpeza e conservação doméstica	40%
23 - Sabão, sabonete, pasta dental, creme de barbear, perfume, desodorante, talco, cosméticos, absorvente íntimo, produtos de toucador e de higiene pessoal	40%
24 - Pente, escova dental, escova para cabelo, para roupa e para sapato	40%
25 - Cera e vela	40%
26 - Lâmina de barbear e aparelho de barbear descartável	40%
27 - Isqueiro	40%
28 - Óculos, armação de óculos, lente para óculos e lente de contato	40%
29 - Filme fotográfico e cinematográfico e "Slide"	40%

30- Disco fonográfico, fita virgem ou gravada	40%
31- Pilha e bateria elétricas	40%
32- Cartão postal	40%
33- Caneta, carga de caneta, lápis, borracha, caderno, papel, papel carbono, papelão, pasta de papelão ou de plástico, bobina, envelope, fita celulose e baralho	40%
34- Garrafa térmica	40%
35- Filtro de água potável e talha	40%
36- Fio de algodão, de lã, naylon, rayon, tecido, confecção, lençol, fronha, cobertor, manta, toalha, tapete, cortina, luva, meia, guarda-chuva e chapéu	40%
37- Bolsa, mala e pasta de couro ou de material sintético	40%
38- Ferro para construção civil	40%
39- Alumínio para esquadria	40%
40- Telha de amianto	40%
41- Chapa de forração	40%
42- Azulejo, louça sanitária e de cozinha	40%
43- Tinta e verniz	40%
44- Vidro, espelho e cristal	40%
45- Fechadura, cadeado, chave pronta ou semipronta	40%
46- Bomba hidráulica	40%
47- Lâmpada elétrica, fio elétrico, fita isolante, tomada e interruptor	40%
48- Brinquedo, artigo desportivo e recreativo	40%
49- Pneu, câmara de ar e bateria para veículos automotores	40%
50- Ferramenta	40%
51- Fogos de artifícios	40%
52- Charuto, cigarilha, fumo e artigos correlatos	40%
53- Eletrodomésticos em geral	40%
54- Utensílios domésticos em geral	40%
55- Confeções em geral	40%
56- Jóias e bijouterias	100%

Art. 12 - O inciso IV do artigo 13, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 13

IV - o comerciante atacadista, o industrial ou o produtor, inscrito como contribuinte na forma regulamentada em Instrução da Secretaria das Finanças, na qualidade de substituto, em relação à saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado, de cerveja, chope, refrigerante, extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante em máquina ("post-mix") "pre-mix" e demais produtos classificados nas posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela o IPI, cimento de qualquer tipo, cal e tijolos, sorvete e picolé, açúcar, leite, carne bovina, suína, caprina e produtos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, resfriados ou congelados, ave abatida e produtos comestíveis resultantes da ma-

tança em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, peixe, alimento ou tempero industrializado, enlatado, envasado ou envolvido em papel celofane, café torrado ou moído, farinha de trigo, fubá, biscoito, pão industrializado e sanduíche de qualquer espécie, bala, bombom, caramelo, pastilha, drope, chocolate, goma de mascar e guloseimas semelhantes, fruta e alho importados, suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou em pasta, bebida alcoólica (exceto cerveja e chope), vinagre, inseticida doméstico, fósforo de segurança, água sanitária, detergente, produtos de limpeza e conservação doméstica, sabão, sabonete, pasta dental, creme de barbear, perfume, desodorante, talco, cosmético, absorvente íntimo, produtos de toucador e de higiene pessoal, cera e vela, pente, escova dental, escova para cabelo, para roupa e para sapato, lâmina de barbear e aparelho de barbear descartável, isqueiro, óculos, armação de óculos, lente para óculos e lente de contato, filme fotográfico e cinematográfico e "slide", disco fonográfico, fita virgem ou gravada, pilha e bateria elétricas, cartão postal, caneta, carga de caneta, lápis, borracha, caderno, papel, papel carbono, papelão, pasta de papelão ou de plástico, bobina, envelope, fita celulose e baralho, garrafa térmica, filtro de água potável e talha, fio de algodão, de lã, náilon, rayon, tecido, confecção, lençol, fronha, cobertor, manta, toalha, tapete, cortina, luva, meia, guarda-chuva e chapéu, bolsa, mala e pasta de couro ou de material sintético, ferro para construção civil, alumínio para esquadria, telha de amianto, chapa de forração, azulejo, louça sanitária e de cozinha, tinta e verniz, vidro, espelho e cristal, fechadura, cadeado, chave pronta ou semipronta, bomba hidráulica, lâmpada elétrica, fio elétrico, fita isolante, tomada e interruptor, brinquedo, artigo desportivo e recreativo, pneu, câmara de ar e bateria para veículos automotores, ferramenta, fogos de artifícios, charuto, cigarilha, fumo e artigos correlatos, eletrodomésticos em geral, utensílios domésticos em geral, confeções em geral, jóias e bijouterias".

Art. 13- O parágrafo único do artigo 13, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigorar como § 1.º, ficando o referido artigo acrescido dos seguintes novos parágrafos:

"§ 2.º - A Secretaria das Finanças poderá excluir o destinatário da responsabilidade de que trata o inciso III deste artigo, atribuindo ao remetente a obrigação de pagar o débito da própria operação, nas seguintes hipóteses:

1. quando o destinatário estiver enquadrado na categoria de microempresa;

Curitiba, quinta, em 23.05.85

2. nos casos em que o destinatário seja sistematicamente inadimplente em relação as obrigações tributárias estabelecidas nesta Lei.

§ 3.º - No interesse da arrecadação e da administração, a Secretaria das Finanças, em relação a qualquer das mercadorias constantes do inciso IV deste artigo, pode determinar:

I- a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária;

II- a atribuição da responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto ao adquirente da mercadoria, em substituição ao alienante.

§ 4.º - A Secretaria das Finanças, nos casos previstos em convênio ou protocolo, pode atribuir a contribuinte localizado em outra Unidade da Federação, a condição de substituto tributário, impondo-lhe o encargo da retenção e do recolhimento do imposto relativo às operações subseqüentes em território paranaense.

§ 5.º - O imposto retido pelo contribuinte substituto é calculado mediante a aplicação da alíquota vigente nas operações internas sobre o valor da base de cálculo encontrado na forma do artigo 4.º, deduzindo-se, do valor obtido, o imposto devido pela operação do próprio remittente".

Art.14- Aplicam-se à microempresas as normas pertinentes à legislação estadual do ICM, exceto no que conflitarem as disposições desta Lei.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 58/85

EMENDA MODIFICATIVA AO § 2.º,
DO ARTIGO 2.º

Onde se lê:

"5.000 (cinco mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional",

Leia-se:

"10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional".

O § 2.º do Artigo 2.º passa a ter a seguinte redação:

"2.º - Anualmente serão enquadrados no regime de que trata esta Lei as empresas que tiverem realizado, no ano anterior, receita bruta igual ou inferior a 10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional vigente no mês de janeiro, respeitada a proporcionalidade prevista no parágrafo seguinte".

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoio: Márcio Almeida.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 58/85

EMENDA MODIFICATIVA AO ARTIGO 2.º

Onde se lê:

"5.000 (cinco mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)",

Leia-se:

"10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN)".

O Artigo 2.º passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2.º - Consideram-se microempresas, para os fins desta lei, as pessoas jurídicas e firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior a 10.000 (dez mil) Obrigações Reajustáveis do Resouro Nacional (ORTN) e que sejam:

I-

II-"

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoio: Márcio Almeida.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
Curitiba, 10 de maio de 1985.
Of. n.º 438/85-GS/SEIC

De: Secretário de Estado da Indústria e Comércio

Para: Deputado Adhail Sprenger Passos -
Assembleia Legislativa do Paraná.

Senhor Deputado:

Dando prosseguimento ao assunto tratado na última reunião do COIND- Comissão da Microempresa, ocasião em que tivemos o privilégio de contar com a presença do nobre Deputado, transcrevemos abaixo a sugestão de emenda ao projeto de lei sobre ESTATUTO DA MICROEMPRESA, cujo texto foi aprovado pelos participantes daquela reunião:

"ARTIGO 2.º -

II- Empresas industriais que vendam produtos acabados exclusivamente a empresas comerciais revendedoras, ou que vendam componentes e insumos a empresas industriais, desde que as compradoras sejam tributadas em ICM.

Neste caso, tais microempresas seriam obrigadas a terem em seu poder apenas blocos de notas fiscais, além do registro sumário na Junta Comercial do Paraná e o compromisso de informar a SEFI, no final do exercício, o número de notas fiscais emitidas e o montante do faturamento".

Na mesma reunião foram ainda enfatizados três pontos importantes:

1.) - Que fosse permitido vender com ICM diferido para fora do Estado.

2.) - Que a relação de produtos constantes da proposta encaminhada pelo executivo fosse excluída do texto.

3.) - Alterado o limite de 5.000 ORTN's no faturamento.

Na esperança de podermos ter colaborado com Vossa Excelência, subscrevemo-nos

Atenciosamente.

(a) FRANCISCO SIMEÃO RODRIGUES NETO
Secretário de Estado da Indústria
e do Comércio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 58/85

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 88/85, o Projeto de Lei ora em exame tem como objetivo implementar, a nível estadual, o disposto nas leis complementares n.º 44, de 07 de dezembro de 1983 e n.º 48 de 10 de dezembro de 1984, que traçam normas gerais sobre o regime de substituição tributária e dispõem sobre a isenção do Imposto sobre operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) para as operações realizadas por microempresas.

O projeto, em obediência à Carta Magna Estadual, foi encaminhado a esta Assembléia pelo Excelentíssimo Senhor Governador e não se lhe pode imputar qualquer vício quanto à legalidade e constitucionalidade.

Quanto ao mérito, no entanto, ouvidas as sugestões apresentadas pela Associação das Microempresas do Estado e as ponderações dos Nobres Deputados Adhail Sprenger Passos e Luiz Alberto de Oliveira se nos parece que o Estado ficaria melhor servido com a aprovação do substitutivo geral que apresentamos em anexo e que vai justificando na exposição de motivos que acompanha este parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A
APRESENTAÇÃO DE

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N.º 58/85.

O primeiro óbice apresentado ao anteprojeto de lei que regulamenta o regime da Microempresa no Estado do Paraná, diz respeito ao limite de valor para enquadramento e que inicialmente era de 5.000 ORTN's vigente no mês de janeiro de cada ano.

Atendendo sugestão da Associação das Microempresas do Estado e com o objetivo de conciliar as emendas apresentadas pelos Deputados ADHAIL SPRENGER PASSOS da bancada do PMDB e LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA da bancada do PDS, no presente substitutivo elevou-se o limite para 10.000 ORTN's, vigente em janeiro de cada exercício, porém, condicionando-se, no que exceder as cinco mil originárias, a que as empresas mantenham uma média mínima de empregados registrados no exercício anterior.

Tal medida, de caráter eminentemente social, visa, sobremaneira, incentivar a manutenção do índice de empregos, bem como a regulamentação de empregados perante os registros do trabalho e da Previdência.

Outra alteração de caráter substancial, diz respeito à aplicação dos benefícios a quaisquer espécies de operações praticadas dentro do Estado, portanto, operações internas, independentemente de serem ou não realizadas com consumidores finais. Vale dizer, estarão isentas todas as operações praticadas por comerciantes ou industriais, respeitado o princípio da territorialidade. A manutenção deste princípio se impõe como medida que visa impedir a evasão de receita deste para outros Estados, pois o imposto que não for pago no Paraná, o será no Estado de destino e integralmente, pois, sequer haverá crédito a ser transferido para ser deduzido na operação de saída subsequente em outra Unidade Federada.

Isto sem falar na possibilidade de desdobramento de empresas de porte em outras microempresas com o objetivo de praticar operações interestaduais sem o pagamento do ICM, com evidente evasão de receita do Paraná para outros Estados de economia mais sólida.

Assim, dentro desta forma idealizada, suprimiram-se os incisos I e II do Artigo 2.º do anteprojeto, e incluiu-se o § 7.º no mesmo artigo, ampliando-se a abrangência da lei sem, contudo, por em risco a economia do Estado.

Ressalte-se, porém, que pelo disposto no § 7.º, cuja inserção proponho, a empresa que enquadrada no regime, pratique operações interestaduais, não perde a condição de microempresa, desde que efetue o pagamento do ICM que for devido em tais operações e mantenha-se dentro dos limites fixados pela lei para o seu enquadramento.

Ainda, relativamente ao artigo 2.º, entendo que a supressão constante de emenda apresentada, do § 5.º do referido artigo se apresenta inviável, pois é justamente tal dispositivo que serve de parâmetro capaz de estabelecer a participação dos Municípios no ICM. Em contra partida, porém, fixou-se percentual de 30% como lucro estimado, ao comerciante, em substituição ao critério vago estabelecido no artigo 8.º, inciso I, do anteprojeto. Já o parágrafo 6.º pode ser excluído sem nenhum prejuízo ao objetivo da lei.

Com relação a supressão do inciso IV, do artigo 4.º do anteprojeto, objeto de emenda, também nenhum prejuízo trará, uma vez que acrescentou-se ao referido artigo, no presente substitutivo, outro inciso que veda o enquadramento como microempresa, aquela que possua filiais em outros Estados.

Tal impedimento veda que empresas de porte nacional mantenham estabelecimentos em vários estados, enquadrados individualmente como microempresas, ou venha manter neste Estado estabelecimento de pequeno porte possuindo em outra Unidade Federada filial não enquadrável no sistema.

A seu turno a abolição do livro Registro de Entradas de que trata o inciso II do artigo 5.º, e a adoção de Nota Fiscal simplificada em substituição as notas fiscais, matéria também objeto de emenda, torna-se inconvenientes pois acarretaria ao fisco total falta de controle das operações praticadas dentro do sistema da microempresa.

Também inócua a nova redação proposta ao inciso IV do mesmo artigo, que tão somente excluiu a expressão "para exibição ao fisco", pois o direito de conferência dos livros e documentos fiscais, já é prerrogativa conferida a Fazenda Pública pela Lei orgânica do ICM e pelo próprio Código Tributário Nacional.

É de ser rejeitada igualmente, a nova redação proposta ao artigo 7.º do anteprojeto que determina, no caso da empresa ultrapassar o limite de receita bruta fixado no artigo 2.º, o pagamento do tributo apenas sobre o excedente, perdendo a condição de microempresa somente dois anos após consecutivos ou três intercalados.

Despiciendo demonstrar, através de raciocínio mais acurado, que tal dispositivo daria margem a manipulação por parte de empresas menos escrupulosas.

Também, inaceitável a redação proposta através de emenda ao caput do artigo 8.º, que concede crédito a adquirente de mercadorias de microempresas, na mesma proporção do imposto inscrito. Ora, o princípio da não cumulatividade, emanado do art. 23, inciso II, da Constituição Federal, só admite o crédito de imposto "cobrado" em operação anterior, sendo que como cobrado deve-se entender aquele incidente, o que não ocorre no caso.

Isto sem entrar-se na discussão da problemática de concessão de crédito presumido sem convênio nacional que lhe dê respaldo e sem a análise econômica necessária ao conhecimento da extensão do benefício, que poderia ultrapassar o limite de comprometimento da receita em nível superior aos 5%, admitidos pela Lei Complementar.

Da mesma forma apresenta-se injustificável a supressão proposta do inciso I do artigo 9.º do anteprojeto, pelo qual será "cancelado de ofício o registro como microempresa" daquela que mediante dolo, fraude, simulação ou falsidade prestar declaração para enquadrar-se no sistema isentivo. Suprimir o dispositivo significa manter no sistema e reconhecer os bene-

fícios àquela que forjou as informações e dados que lhe possibilitaram o ingresso; seria convalidar o vício e a fraude.

Com relação a remissão de créditos tributários concedidos às microempresas com relação aos impostos devidos anteriormente a instituição do sistema, razoável a sua extensão a todos os débitos pendentes e não somente àqueles cujo prazo de pagamento tenha expirado anteriormente a 31 de dezembro de 1984, como pretende o anteprojeto, ressalvando-se, contudo, os vinculados à penalidade prevista no art. 54, § 1.º, item 6 da Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, ou seja nos casos de dolo, simulação ou fraude.

A lista de produtos sujeitos a substituição tributária, de que trata o anteprojeto, foi reduzida substancialmente, acatando-se sugestão apresentada pela Associação das Microempresas, tendo sido, porém, acrescentada pequena alteração relativamente a mercadorias com vocação ao regime de substituição.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI n.º 58/85

Art. 1.º - À Microempresa é assegurado tratamento diferenciado, no campo tributário, de acordo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único - O tratamento favorecido dado nesta Lei não exclui outros benefícios previstos na legislação estadual.

Art. 2.º - Consideram-se microempresas, para os fins desta Lei, as empresas comerciais e industriais que realizem operações internas, como definidas no item 1 do parágrafo único do artigo 8.º da Lei 6.364, de 29 de dezembro de 1972, e que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor de:

5.000 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), independentemente do número de empregados que mantiver;

7.000 ORTN's se mantiver a média mensal de no mínimo 03 empregados;

8.500 ORTN's se mantiver a média mensal de no mínimo 04 empregados;

10.000 ORTN's se mantiver a média mensal de no mínimo 05 empregados;

§ 1.º - Para os efeitos previstos no "caput" deste artigo, tomar-se-á por referência o valor da ORTN vigente no mês de janeiro do ano anterior, devendo a receita bruta anual ser apurada no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, respeitada a proporcionalidade prevista no parágrafo seguinte.

§ 2.º - No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta e a média do número de empregados será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de constituição da empresa e 31

de dezembro do mesmo ano.

§ 3.º- A empresa que iniciar sua atividade mercantil na vigência desta Lei, poderá requerer, desde logo, o seu enquadramento como microempresa, desde que possua Registro Especial de Microempresa na Junta Comercial.

§ 4.º- Entende-se como receita bruta, para os fins do disposto neste artigo, os valores das compras de mercadorias, acrescidas da margem estimada de lucro.

§ 5.º- A definição de microempresa referida no "caput" deste artigo destina-se a delimitar o alcance da isenção do ICM e fixar os parâmetros para o enquadramento de empresas nesse regime tributário.

§ 6.º- Não será desqualificada do regime tributário de microempresa aquela que, não ultrapassando os limites da receita bruta anual fixada no "caput" deste artigo, realizar operações outras que não as ao abrigo da isenção prevista nesta Lei.

§ 7.º- O imposto eventualmente devido em decorrência do disposto no parágrafo anterior será pago na forma e nos prazos fixados em Instrução da Secretaria das Finanças.

§ 8.º- A variação do número de empregados ocorrida no exercício, não altera neste período, o limite de receita bruta em que foi enquadrada a microempresa para os efeitos da isenção.

Art.3.º- Ficam excluídas do regime desta Lei as empresas:

I- constituídas sob a forma de sociedade por ações;

II- em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

III- que participe do capital de outra pessoa jurídica ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuadas antes da vigência desta Lei;

IV- cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% (cinco por cento) do capital de outra empresa, desde que a soma da receita bruta dessas empresas não ultrapasse o limite fixado no Art. 2.º;

V- que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros;

b) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

c) produção, exploração ou exportação de produtos primários;

VI- que possuam estabelecimento em outra Unidade da Federação.

Art. 4.º- A microempresa, como definida no artigo 2.º desta lei, fica isenta dos seguintes tributos:

I- do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, quan-

to às saídas de mercadorias e ao fornecimento de alimentação que realizarem;

II- da taxa de prestação dos serviços de registro inicial da Junta Comercial.

Parágrafo Único- A isenção referida no inciso I deste artigo não se estende às saídas de mercadorias que fiquem sujeitas ao regime de substituição tributária.

Art.5.º- A isenção referida no artigo anterior, não dispensa o cumprimento das seguintes obrigações tributárias acessórias:

I- o cadastramento fiscal;

II- a escrituração do livro Registro de Estradas;

III- a emissão de notas fiscais, exceto para consumidor final residente no Estado, quando por este retirada a mercadoria, sem utilização do transporte de cargas;

IV- a guarda, para exibição ao fisco, dos livros e documentos relativos aos atos negociais que praticar, inclusive documentos de despesas;

V- o preenchimento e a entrega da Declaração Fiscal Contábil Simplificada-DFC, na forma e no prazo estabelecido em Norma Complementar.

Art.6.º- O enquadramento e o desenquadramento como microempresa dar-se-á de ofício, ou mediante requerimento da interessada, na forma do disposto em Instrução da Secretaria das Finanças.

Art.7.º- A microempresa cuja receita bruta ultrapassar o limite fixado no artigo 2.º ficará automaticamente desqualificada do regime tributário previsto nesta lei, a partir do segundo mês seguinte ao da ocorrência deste evento.

§ 1.º- O descumprimento das demais condições e requisitos, contidos nesta Lei, implicará, igualmente, em exclusão automática do regime jurídico aqui previsto, a partir do segundo mês seguinte ao da verificação do fato.

§ 2.º- Ocorrendo o desenquadramento como microempresa, fica assegurado, na forma a ser disciplinada em Instrução da Secretaria das Finanças, crédito fiscal presumido relativo ao estoque existente à data desse evento.

Art.8.º- Para os fins previstos no § 4.º do artigo 2.º, ficam estabelecidos os seguintes percentuais de lucro:

I- ao comerciante 40% (quarenta por cento);

II- ao industrial- sobre a soma-tória do valor da matéria-prima com mão-de-obra, 30% (trinta por cento).

Art. 9.º- Além de sujeitar-se às penalidades específicas previstas no art. 54 da Lei n. 6.364/72, a empresa que mediante dolo, fraude, simulação ou falsidade na prestação de declarações, enquadrar-se co-

mo micro, ficará sujeita as seguintes con-
seqüências ou penalidades:

I- cancelamento de ofício de seu
registro como microempresa;

II- pagamento, com os acréscimos
legais, de todo o crédito tributário devi-
do em conseqüências da desclassificação co-
mo micro;

III- multa equivalente a 200%
(duzentos por cento) do valor do imposto
que deixou de ser pago.

Art.1.º- Aplicar-se-á iguais penalida-
des e conseqüências à firma ou empresa
que, visando manter-se ou enquadrar-se co-
mo microempresa deixe de registrar ou so-
negue dados pertinentes à aquisição ou à
entrada de mercadorias e as despesas rea-
lizadas.

§ 2.º- A empresa desenquadrada em con-
seqüência do disposto neste artigo, não
poderá ser reenquadrada como microempresa.

Art.10- São considerados extintos os
créditos tributários de responsabilidade
de microempresas, como definidas no
art.2.º, pertinentes ao imposto sobre a
circulação de mercadorias (ICM), vencidos
até a data da vigência desta lei, com ex-
ceção dos créditos tributários exigidos
através do Processo Administrativo Fiscal,
de Instrução contraditória, que tenham
proposto a aplicação das penalidades pre-
vistas nos itens 6,7 e 9 do parágrafo pri-
meiro do art. 54, da Lei 6.364, de 29 de
dezembro de 1972.

Art.11- O artigo 4.º, da Lei n.º
6.364, de 29 de dezembro de 1972, parcial-
mente alterado face o artigo 6.º da Lei
n.º 7.816, de 29 de dezembro de 1983, pas-
sa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4.º- Quando o comerciante ou
industrial for responsável pelo tributo
devido pelo varejista estabelecido no Pa-
raná, a base de cálculo do ICM é:

I- O preço de venda a varejo, no
caso de mercadoria que tenha preço de ven-
da fixado por deliberação do fabricante ou
o preço máximo de venda a varejo fixado
pela autoridade competente;

II- na falta do preço a que se
refere o inciso anterior o preço praticado
pelo industrial nas operações com o comér-
cio varejista, neste preço incluídos o va-
lor do Imposto sobre Produtos Industriali-
zados, do frete e/ou carroto até o estabe-
lecimento varejista e das demais despesas
debitadas ao destinatário, adicionando-se
a esse montante, a parcela resultante da
aplicação do percentual, correspondente à
mercadoria, estabelecido no parágrafo úni-
co deste artigo.

III- o valor de partida do cálcu-
lo mencionado no inciso anterior será o
preço praticado pelo distribuidor ou ata-
cadista quando:

a) o industrial não realizar ope-

rações diretamente com o comércio varejis-
ta;

b) a substituição recair sobre opera-
ções com cimento, cerveja, chope, refrige-
rante, e produtos correlatos;

c) o contribuinte substituto seja o
estabelecimento distribuidor ou atacadis-
ta.

Parágrafo Único - São as seguintes
mercadorias e respectivos percentuais que
se refere o inciso II:

1 - Cerveja, chope, refrigerante, extrato
concentrado destinado ao preparo de refri-
gerantes em máquina ("post-mix"), "pre-
-mix" e demais produtos classificados nas
posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela do
IPI, conforme o condicionamento:

a) litro	50%
b) garrafa, lata e outros inferiores a 1000 ml	60%
c) "post-mix" "pre-mix" barril e ou- tros	100%
2 - Cimento de qualquer tipo	20%
3 - Açúcar, de acordo com os tipos:	
a) refinado	10%
b) cristal	15%
c) outros	20%
4 - Leite, conforme o tipo:	
a) longa vida	20%
b) B	15%
c) especial	10%
5 - Laticínios	30%
6 - Carne bovina, suína, caprina e produ- tos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, resfriados ou con- gelados	15%
7 - Ave abatida e produtos comestíveis re- sultantes da matança, em estado natu- ral, resfriados, congelados ou sim- plesmente temperados	15%
8 - Peixe	30%
9 - Alimento enlatado, envasado ou envol- vido em papel celofane	30%
10- Café torrado ou moído	15%
11- Farinha de trigo	150%
12- Pão industrializado e sanduíche de qualquer espécie	40%
13- Goma de mascar e guloseimas semelhan- tes	30%
14- Fruta e alho importado	40%
15- Suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou em pasta	40%
16- Bebida alcoólica (exceto cerveja e chope)	70%
17- Fósforo de segurança	30%
18- Pasta dental, creme de barbear, absor- vente íntimo, sabão e sabonete	40%
19- Pente e escova dental	40%
20- Lâmina de barbear e aparelho de bar- bear descartável	40%
21- Filme fotográfico e cinematográfico e "slide"	40%
22- Disco fonográfico, fita virgem ou gra- vada	40%
23- Pilha e bateria elétricas	40%

- 24- Caneta, carga de caneta, lápis, borracha, papel, papel carbono, bobina, fita celulose e baralho 40%
- 25- Garrafa térmica 40%
- 26- Fio de algodão, de lã, naylon, rayon, tecido, tapete 40%
- 27- Ferro para construção civil 40%
- 28- Alumínio para esquadria 40%
- 29- Telha de amianto 40%
- 30- Chapa de forração 40%
- 31- Azulejo, louça sanitária e de cozinha 40%
- 32- Tinta e verniz 40%
- 33- Vidro e cristal 40%
- 34- Fechadura, cadeado, chave pronta ou semipronta 40%
- 35- Bomba hidráulica 40%
- 36- Lâmpada elétrica, fio elétrico, fita isolante, tomada e interruptor 40%
- 37- Pneu, câmara de ar e autopeças 40%
- 38- Fogos de artifícios 40%
- 39- Cigarro, charuto, cigarrilha, fumo e artigos correlatos (preço marcado ou, na sua falta) 40%
- 40- Eletrodomésticos em geral 40%
- 41- Sorvete 40%
- 42- Isqueiro 40%
- 43- Medicamento, esparadrapo, algodão farmacêutico, gaze, absorvente e mamadeira (preço marcado ou na sua falta) 35%
- Art.12 - O artigo 13, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art.13 - São responsáveis pelo pagamento do ICM devido:

I - o transportador:

a) em relação à mercadoria que despachar ou transportar desacompanhada da documentação fiscal exigível ou com documentação inidônea;

b) em relação à mercadoria transportada de outro Estado para entrega sem destinatário certo em território paranaense;

c) em relação à mercadoria transportada que for negociada com interrupção de trânsito em território paranaense;

II - o armazém geral e o depositário a qualquer título;

a) na saída de mercadoria depositada, no Paraná, por contribuinte de outra unidade da federação;

b) na transmissão de propriedade sobre mercadoria, equiparada à saída depositada no Paraná por contribuinte de outra unidade federada;

c) quando mantiver armazenada mercadoria que receber para depósito ou ainda, quando autorizar a sua saída física ou ficta, esta decorrente apenas de transmissão de propriedade, sem documentação idônea;

III - o contribuinte estabelecido neste Estado, em relação à saída de mercadoria a ele destinada por produtor paranaense quando este não estiver inscrito no Cadas-

tro de Contribuintes do Estado.

IV - o comerciante atacadista, o industrial ou o produtor, inscrito como contribuinte na forma regulamentada em Instrução da Secretaria das Finanças, na qualidade de substituto, em relação à saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado, de cerveja, chope, refrigerante, extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante em máquina ("post-mix") "pre-mix" e demais produtos classificados nas posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela do IPI, cimento de qualquer tipo, sorvete, açúcar, leite, laticínios, carne bovina, suína, caprina e produtos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, resfriados ou congelados, ave abatida e produtos comestíveis resultantes da matança em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, peixe, alimento enlatado, envasado ou envolvido em papel celofane, café torrado ou moído, farinha de trigo, pão industrializado e sanduíche de qualquer espécie, goma de mascar e guloseimas semelhantes, fruta e alho importados, suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou em pasta, bebida alcoólica (exceto cerveja e chope), fósforo de segurança, isqueiro, sabão, sabonete, pasta dental, creme de barbear, absorvente íntimo, pente, escova dental, lâmina de barbear e aparelho de barbear descartável, filme fotográfico e cinematográfico e "slide", disco fonográfico, fita virgem ou gravada, pilha e bateria elétricas, caneta, carga de caneta, lápis, borracha, papel, papel carbono, bobina, fita celulose, baralho, garrafa térmica, fio de algodão, de lã, naylon, rayon, tecido, tapete, ferro para construção civil, alumínio para esquadria, telha de amianto, chapa de forração, azulejo, louça sanitária e de cozinha, tinta e verniz, vidro e cristal, fechadura, cadeado, chave pronta, bomba hidráulica, lâmpada elétrica, fio elétrico, fita isolante, tomada, interruptor, pneu, câmara de ar, autopeças, fogos de artifício, cigarro, charuto, cigarrilha, fumo e artigos correlatos, eletrodomésticos em geral, medicamento, esparadrapo, algodão farmacêutico, gaze, absorvente e mamadeira.

V - O contribuinte em relação à mercadoria cuja fase de diferimento ou suspensão tenha sido encerrada;

VI - o contribuinte que promover saída isenta ou não tributada de mercadoria que receber em operação de saída abrangida pelo diferimento ou suspensão, em relação ao ICM suspenso ou diferido concernente à aquisição ou o recebimento, sem direito a crédito;

VII - qualquer pessoa em relação à mercadoria que detiver para comercializa-

ção, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal ou acompanhada de documento inidôneo;

VIII - o leiloeiro, síndico, comissário e liquidante, em relação às operações de conta alheia;

IX - os contribuintes arrolados no § 1.º do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 406, de 31 de dezembro de 1968, ou seus agentes financeiros, em relação à aquisição de mercadorias, quando essa responsabilidade for estabelecida em Instrução da Secretaria das Finanças e em termo de acordo.

X - a pessoa natural ou jurídica de direito privado, nas circunstâncias previstas nos artigos 132 e 133 do Código Tributário Nacional.

§ 1.º - O responsável sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

§ 2.º - A Secretaria das Finanças poderá excluir o destinatário da responsabilidade de que trata o inciso III deste artigo, atribuindo ao remetente a obrigação de pagar o débito da própria operação, nas seguintes hipóteses:

1. quando o destinatário estiver enquadrado na categoria de microempresa;

2. nos casos em que o destinatário seja sistematicamente inadimplente em relação às obrigações tributárias estabelecidas nesta Lei.

§ 3.º - No interesse da arrecadação e da administração, a Secretaria das Finanças, em relação a qualquer das mercadorias constantes do inciso IV deste artigo, pode determinar:

1. a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária;

2. a atribuição da responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto ao adquirente da mercadoria, em substituição ao alienante.

§ 4.º - A Secretaria das Finanças, nos casos previstos em convênio ou protocolo, pode atribuir a contribuinte localizado em outra Unidade da Federação, a condição de substituto tributário, impondo-lhe o encargo da retenção e do recolhimento do imposto relativo às operações subseqüentes realizadas em território paranaense.

§ 5.º - O imposto retido pelo contribuinte substituto é calculado mediante a aplicação da alíquota vigente nas operações internas sobre o valor da base de cálculo encontrado na forma do artigo 4.º, deduzindo-se, do valor obtido, o imposto devido pela operação do próprio remetente."

Art. 14 - Aplicam-se à microempresa as normas pertinentes à legislação estadual

Curitiba, quinta, em 23.05.85

do ICM, exceto no que conflitarem com as disposições desta Lei.

(aa) Hermas Brandão, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Amélia Hruschka, Ferrari Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Edmar Luiz Costa, Sabino Campos e Trajano Bastos.

Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu indago se foi aprovado o Projeto ou o Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Substitutivo será apreciado em 2.ª Discussão.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 19/85, (Mensagem n.º 05/85 - ex-Proposição n.º 07/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica do 1.º Termo Aditivo de 13/12/84, ao Convênio EBTU n.º 007, de 15/02/84, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a EBTU, a Secretaria do Planejamento, a COMEC e o IPPUC, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 20/85, (Mensagem n.º 10/85 - ex-Proposição n.º 12/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que encaminha cópia autêntica de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 176/84 de 16/08/84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Nossa Senhora das Graças, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 21/85, (Mensagem n.º 06/85 - ex-Proposição n.º 08/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 26/12/84 através da Secretaria do Interior e o Município de Cerro Azul, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras destinadas ao controle da Erosão Urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 22/85, (Mensagem n.º 12/85 - ex-Proposição n.º 14/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução do PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 23/85, (Mensagem n.º 13/85 - ex-Proposição n.º 15/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.º Termo Aditivo, de 12/11/84 ao Convênio n.º 01/84, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e o Município de Alto Piquiri, objetivando auxiliar financeiramente o Município signatário na execução de obras públicas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 24/85, (Mensagem n.º 14/85 - ex-Proposição n.º 16/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 22/11/84 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 25/85, (Mensagem n.º 16/85 - ex-Proposição n.º 18/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 09/12/84, n.º 11/84, através da Secretaria do Interior e o Município de Guarapuava, objetivando formação de Equipe de Assistência e Supervisão à Execução de Redes de Eletrificação Rural conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 26/85, (Mensagem n.º 17/85 - ex-Proposição n.º 19/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 278/84, de 16/08/84, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Tomé, objetivando a adoção de ação conjunta, para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Taques Martins, ocorrido no dia 21 de maio do corrente ano, no Município de Tibagi. **Aprovado** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Liane Marta Costa, ocorrido no dia 21 de maio do corrente ano, no Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 37.º aniversário de fundação da Rádio Ipiranga, no Município de Palmeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 79/85, que altera dispositivos da Lei n.º 7424 de 17 de dezembro de 1980. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 32/85. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 72/85, que mantém inalteradas as taxas do Departamento de Trânsito - DETRAN, por um período de 60 dias, na forma especificada. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor

Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Departamento de Serviços do Transporte Comercial da Secretaria dos Transportes, denunciando a qualidade dos serviços prestados pela Viação Graciosa Ltda., concessionária das linhas de ônibus para atendimento ao litoral paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República e Ministros da Fazenda e da Agricultura, apelando no sentido do atendimento às reivindicações dos agricultores do Sudoeste do Estado, especialmente quanto à prorrogação do prazo para saldo dos financiamentos agrícolas, reajuste permanente de preços mínimos e garantia de aquisição da produção pelo Governo Federal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da PARANATUR, encarecendo a instalação de um posto de informações turísticas no Município de Barracão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, denunciando o custo exorbitante das taxas cobradas pela Fundação Teatro Guaíra, para solenidades de formatura e outras atividades correlatas. **Aprovado** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, encarecendo a agilização do programa "Clic Rural", no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de uma cozinha em alvenaria na Escola Estadual Manoel Ribas - Ensino de 1.º Grau, no Município de Mariluz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de materiais para o funcionamento do laboratório de análise do centro de saúde, no Município de Mamborê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas gerais na quadra de esportes da Escola Estadual 14 de Dezembro, no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação das diversas estradas existentes nas localidades de Mato Rico e Barra Bonita, no Município de Pitanga, na divisa com o Município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Amilton Teixeira Martins, por ter sido reeleito membro do Conselho Fiscal da COPEL. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, infelizmente não estamos conseguindo acompanhar os requerimentos que Vossa Excelência está anunciando, e como eu tenho interesse em encaminhar a Votação de um requerimento do Deputado Márcio Almeida, eu gostaria que Vossa Excelência anunciasse na hora, porque não está sendo possível a gente acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa falará mais alto.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de recursos a serem aplicados na construção de um posto de saúde no Distrito Administrativo de Jeremias Lunardelli, no Município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Municipal Antônio Lacerda Braga, no Município de Ubatuba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações de quais as liberações de recursos financeiros já feitas pelo Programa de Ação Municipal no corrente ano. **Em discussão.**

O SR. MÁRCIO ALMEIDA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando a designação do Senhor Deputado Sabino Campos para representar esta Casa no encontro com o Senhor Ministro da Agricultura, a fim de tratar da política agrícola. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para a nova diretoria do Lions Club do Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de apelo aos Senhores Ministro dos Transportes e Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A., encarecendo a liberação de recursos para a construção do trecho Tibagi - Desvio Ribas, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a designação

dos Senhores Deputados Basílio Zanusso, Paulo Furiatti e Orlando Pessuti, membros da Comissão Especial do Câncer Cítrico, para representar esta Casa no encontro com o Senhor Ministro da Agricultura, a fim de tratar da política agrícola, mais especificamente a crise resultante da frustração da safra 84/85 de algodão, bem como a situação da citricultura paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo para que o escritório central da Usina de Salto Segredo seja instalado no Município de Guarapuava. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a implantação de agência ou postos de atendimento do BANESTADO no Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a dragagem do Canal de Antonina, ratificando pedido feito pelo Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de Antonina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado, no sentido de averiguar a real situação existente hoje na Fundação Médica e Assistencial aos Trabalhadores Rurais do Município de Tamarana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da ELETROBRÁS, Ministros das Minas e Energia e dos Transportes, encarecendo a conclusão da ponte interestadual sobre o Rio Paraná, ligando Guaíra ao Mato Grosso do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à nova diretoria da Associação Profissional dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de Mensagem de solidariedade a Frei Leonardo Boff, pela injusta e excessiva punição de que foi vítima em razão de sua postura a favor de uma Igreja Social. **Em votação. Aprovado.**

A Presidência anuncia o seguinte despacho no requerimento acima:

I - Com base no art. 25, XXVI e XXVII do Regimento Interno, combinado com o preceito constitucional dos § 5.º e 6.º do art. 153 da Constituição Federal, avoca a decisão do presente requerimento, deixando de recebê-lo, por contrariar primado da separação da Igreja ao Estado.

II - Comunique-se ao requerente.

III - Arquive-se.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy

Silvério, constante do expediente, solicitando votação nominal para o requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, que solicita apoio para o envio de mensagem de solidariedade ao Teólogo Leonardo Boff. **Prejudicado pelo despacho dado pelo Senhor Presidente no requerimento protocolado pela Mesa sob n.º 804 de 20 de maio do corrente ano.**

Esta Presidência anuncia a visita dos Vereadores de Castro: Glaci Ribas Lopes, Werner Leo Seiferth, Jeová Pinto Ribeiro, Dirceu Luís Tulio, Jorgek Aizar Sobrinho, Edson Franco de Souza, Vergílio Carvalho Sobrinho, Líder da Bancada do PMDB.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a doação de uma ambulância devidamente equipada para o Município de Terra Boa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de novas instalações em alvenaria na Escola João Pessoa, no Município de Araruna. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de uma residência junto à Inspetoria Estadual de Ensino do Município de Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 291/84 e 03/85.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 13 a 18/85.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 58/85 e dos Projetos de Resolução n.ºs 19 a 24/85 e 26/85.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 27 a 32/85.

DISCUSSÃO ÚNICA - Do requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, solicitando 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir do dia 20 do corrente mês, conforme laudo médico.

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 10.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1985.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Jorge Maia Filho.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antonio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail

Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hennis Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiati, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca e Orlando Pessuti (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a inversão na discussão e votação dos projetos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a inversão na discussão e votação dos projetos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 56/85, (Mensagem no 87/85), que objetiva elevar, para 170 % (cento e setenta por cento), o índice percentual fixado no Art. 15, da Lei n.º 8.069, de 28/12/84. (Magistratura, Ministério Público, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado). — **Aprovado.** (Publicado no D.A. 29, em 18/4/85).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 348/84, que declara de Utilidade Pública o "GRANDE ORIENTE DO PARANÁ", com sede nesta Capital. — **Aprovado.** Publicado no D.A. 130, de 03/12/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 320/84, que denomina Rodovia BELIGNI E PANTANO o trecho da PR-539

entre Marilândia do Sul e Rio Bom. —Aprovado.
(Publicado no D.A. 122, de 19/11/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 306/84, que estabelece a data de “29 DE MARÇO”, anualmente, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do “DIA DA CULTURA RACIONAL PARANAENSE”. —Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 306/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O dia 29 de março será dedicado, anualmente, em todo o Estado do Paraná, às comemorações do “Dia da Cultura Racional Paranaense”.

Art. 2.º . As autoridades estaduais concederão facilidades para a realização de Atos Públicos alusivos à data.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

NESTOR BAPTISTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 303/84, que denomina “ARTHUR HOFFIG”, o trecho da Rodovia PR-160, que liga os Municípios de Sertaneja e Congonhinhas. —Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 303/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º . Fica denominado “ARTHUR HOFFIG”, o trecho da Rodovia PR-160 que liga os Municípios de Sertaneja e Congonhinhas.

Art. 2.º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

NESTOR BAPTISTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 294/84, que denomina “VICTÓRIO FRANCOVIG”, a rodovia que liga o Distrito de Tamarana, no Município de Lodi, à PR - 445 (rodovia Celso Garcia Cid). —Aprovado.
(Publicado no D.A. 113, de 30/10/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 289/84, que declara de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO RODOVIÁRIA DO PARANÁ”, com sede nesta Capital. —Aprovado.
(Publicado no D.A. 117, de 7/11/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 285/84, que declara de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE SIQUEIRA CAMPOS”, com sede e foro na Cidade de Siqueira Campos. —Aprovado.
(Publicado no D.A. 112, de 29/10/84)

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 277/84, que declara de Utilidade Pública a “UNIÃO ESPÍRITA PAZ, AMOR E CARIDADE”, com sede e foro no Município de Goio-Érê. —Aprovado. (Publicado no D.A. 107, de 18/10/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 262/84, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL “DIVINA MISERICÓRDIA”, com sede nesta Capital. —Aprovado. (Publicado no D.A. 100, de 8/10/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 256/84, que declara de Utilidade Pública o “SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RIBEIRÃO CLARO”, com sede e foro no

Curitiba, quinta, em 23.05.85

Município de Ribeirão Claro. —Aprovado. (Publicado no D.A. 98, de 3/10/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 251/84, que declara de Utilidade Pública a “FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JACAREZINHO”, com sede e foro na cidade de Jacarezinho. —Aprovado. (Publicado no D.A. 96, de 01/10/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 247/84, que declara de Utilidade Pública o “CENTRO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA 12 DE OUTUBRO”, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. —Aprovado. (Publicado no D.A. 93 de 25/09/84).

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 192/84, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE RURAL “AMIGOS DO BAIRRO PARADÃO”, com sede e foro em Wenceslau Braz. —Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 192/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. — Fica declarado de Utilidade Pública a SOCIEDADE RURAL “AMIGOS DO BAIRRO PARADÃO”, com sede e foro no Município de Wenceslau Braz.

Art. 2.º. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

NESTOR BAPTISTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 185/84, que declara de Utilidade Pública o “EDUCANDÁRIO BOM PASTOR — MOVIMENTO DE LIBERTACÃO DE VIDAS”, com sede no Município de Telêmaco Borba. —Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 185/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. — Fica declarado de Utilidade Pública o “EDUCANDÁRIO BOM PASTOR — MOVIMENTO DE LIBERTACÃO DE VIDAS”, com sede no Município de Telêmaco Borba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

NESTOR BAPTISTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 178/84, que estabelece critérios para contratação de apresentações artísticas em Feiras Agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 178/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Nas Feiras, Congressos, Convenções e demais eventos patrocinados pelo Governo do Estado, que envolvam a contratação de artistas, será obrigatória, e com prioridade, a ocupação do percentual mínimo de 60 por cento de profissionais filiados nos Conselhos Regionais, Sindicatos ou Associações de Classe com sede no Paraná, comprovadamente em dia com suas obrigações junto aos referidos órgãos.

§ 1.º — Aplica-se o disposto neste artigo, de forma proporcional, nos eventos em que o Estado do Paraná participar através de convênios, nos quais deverão constar cláusula regendo a matéria.

§ 2.^o – A falta de inscrição de artistas profissionais radicados no Paraná, a ocupação do percentual previsto no “caput” deste artigo, poderá ser procedida com artistas amadores.

Art. 2.^o – Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, o Chefe do Poder Executivo baixará Decreto regulamentando o disposto no artigo anterior.

Art. 3.^o – Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO – Presidente

NESTOR BAPTISTA – Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.